

17 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Exploração sexual e o papel da sociedade

Em janeiro investigações do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco) de Londrina trouxeram à tona um esquema de exploração sexual de adolescentes. Desde então, o caso tomou grandes proporções ao identificar pelo menos 50 vítimas, todas meninas com idade entre 13 e 18 anos que foram aliciadas para fazer programas com homens adultos – muitos deles com projeção social – em troca de dinheiro e presentes.

Independentemente do julgamento de parte da sociedade sobre a escolha das garotas, a questão apresenta-se muito mais complexa. Primeiramente, sem maturidade psicológica para entender o peso da opção, elas facilmente são seduzidas pelo dinheiro e por presentes. Em um mundo onde o “ter” é extremamente valorizado, é natural que crianças e adolescentes “sonhem” com aparatos tecnológicos, roupas de grife e outros objetos.

Além disso, é preciso entender a realidade dessas meninas. A FOLHA traz relatos chocantes dessas vítimas que caíram no mundo da prostituição simplesmente por falta de alternativas. Histórias de abandono, desestrutura familiar e violência são frequentes. Isso tudo mostra que o Estado tem falhado na proteção da infância e da juventude. As crianças têm ficado à mercê de um mundo adulto muito cruel e, por isso, acabam expostas.

Embora as denúncias por meio do serviço Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que recebe denúncias anônimas relativas à violação de direitos, tenham aumentado ainda há a percepção de que os casos são subnotificados. No ano passado foram feitas 321 denúncias referentes à exploração sexual de adolescentes no Estado, um crescimento de 272% em relação aos 118 registros de 2011. A vigilância com relação a esses casos tem que aumentar e deve ser um objetivo de todos.

A sociedade precisa exigir a implantação de políticas públicas que protejam esse grupo da população. Duas pesquisas divulgadas esta semana apontam para um cenário desolador. O nível da educação brasileira está muito abaixo do restante do mundo e o outro levantamento aponta que tem aumentado substancialmente a morte de jovens vítimas de homicídios. O que podemos esperar de um País que abandona a infância e a juventude?

17 MAI 2015

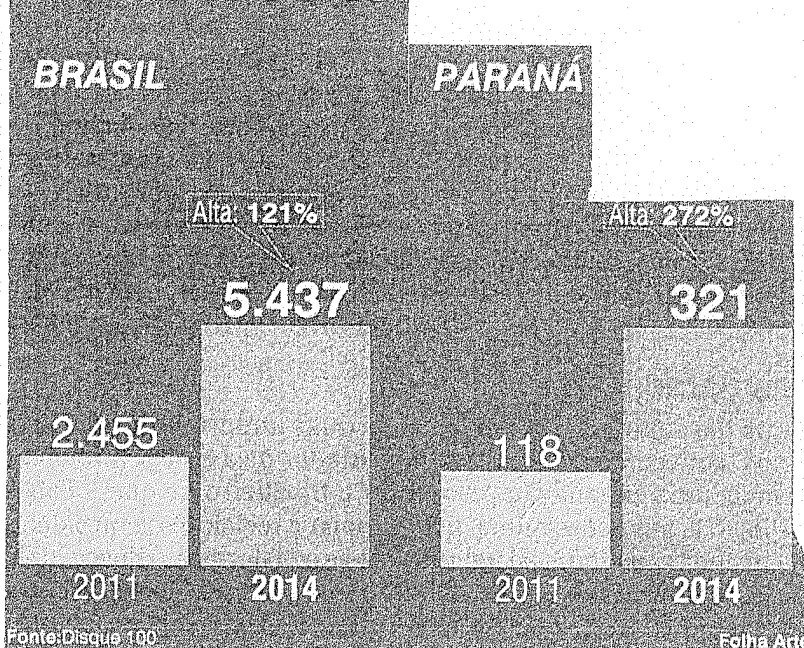
FOLHA DE LONDRINA

TRISTE REALIDADE

Abandono leva à exploração sexual

Desestrutura familiar, violência e falta de perspectiva para o futuro marcam a vida de adolescentes que mantêm relações sexuais com adultos em troca de dinheiro. Cenário é apontado por especialistas e confirmado por meninas ouvidas pela FOLHA. "Ele disse que seria meu pai e cuidaria de mim", relata Natália (nome fictício), de 22 anos, que foi aliciada pela internet aos 15

DENÚNCIAS



As consequências do abandono

Desestrutura familiar, violência e falta de perspectiva para a vida levam adolescentes a ter relações sexuais com adultos em troca de dinheiro. No Paraná, denúncias ao Disque 100 aumentaram 272% em três anos

“Clientes pagavam ao cafetão antes de me levar ao motel. Entrava com casais deitada no banco traseiro”

Carolina Avansini
Reportagem Local

Muito antes de completar 18 anos, Natália e Fernanda (nomes fictícios), duas jovens moradoras de Londrina, experimentaram histórias de abandono, abuso e violência que as tornaram vítimas da chamada exploração sexual comercial. Pouco tempo após saírem da infância, as duas moças foram levadas a ter relações sexuais com adultos em troca de dinheiro, em uma prática considerada por profissionais que lidam com estas vítimas como “o mais degradante tipo de trabalho infantil”.

A história das vítimas que concordaram em contar a sua trajetória para a FOLHA não é única. Operação do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gae-co), deflagrada no início do ano em Londrina, já identificou como vítimas de exploração sexual pelo menos 50 meninas de 13 a 18 anos que faziam programas com homens adultos – muitos deles com projeção social – a troca de dinheiro e presentes.

No serviço Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, que recebe denúncias anônimas relativas à violação de direitos, em 2014 foram feitas 321 denúncias referentes à exploração sexual de adolescentes no Paraná, com aumento de 272% em relação aos 118 registros de 2011.

Pensando na proteção de meninas e meninos cujas histórias de abuso sequer chegam ao conhecimento das autoridades que existem para protegê-los, foi criado em 2000, no Brasil, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A data – 18 de maio – busca chamar a atenção para histórias como a de Natália, de 22 anos, que foi aliciada pela internet aos 15 e passou quatro anos explorada em trabalho escravo por um cafetão do interior paulista.

ABANDONO E LUTA

A moça nasceu de uma relação extraconjugal da mãe.

Abandonada por ela, que preferiu reatar o casamento a cuidar da filha, a menina morou com a avó até os 6 anos, quando a cuidadora morreu e ela passou a viver em abrigos.

Ela chegou a ser “adotada” por uma família de Curitiba quando tinha 11 anos. “Eu dormia no quarto da empregada e cuidava de um bebê. Isso não é ser filha”, denuncia ela, que acabou sendo abusada sexualmente pelo próprio “pai” adotivo e foi devolvida ao abrigo sob justificativa de não ter se adaptado.

Aos 13 anos, conheceu um rapaz de 18 e, um ano depois, acabou engravidando da única filha. Levada aos serviços que acompanham adolescentes em situação de risco, foi orientada a pedir a emancipação e casar com o namorado, pois a outra opção seria continuar abrigada mas entregar o bebê para adoção. Natália se casou. Quando a filha estava com seis meses, foi “devolvida” para o Conselho Tutelar pela família do marido. “Eu tinha 15 anos. Não sabia cuidar da casa, passar roupa, fazer janta.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Eles consideraram que não era boa dona de casa”, recorda. Por ser emancipada, não tinha mais direito à tutela do Estado. Perdeu a guarda da filha e se viu na rua, com R\$ 100 no bolso, sem ter para onde ir.

Desesperada, a então adolescente entrou em uma lan house e postou um pedido de ajuda em uma sala de bate-papo na internet. Rapidamente, um homem do interior de São Paulo se ofereceu para ajudar. “Ele disse que seria meu pai, cuidaria de mim e mandou uma passagem. Viajei naquele dia”, conta ela, que chegou à cidade e foi apresentada logo de cara ao mundo da prostituição. Até então, Natália tinha tido relações sexuais apenas com o ex-marido.

CAFETÃO E DROGAS

“No meu primeiro programa, ainda estava com os seios cheios de leite da amamentação da minha filha”, lembra. Morando na casa do cafetão, ela fazia programas com homens e casais, mas nunca recebeu qualquer dinheiro por isto. “Os clientes pagavam ao cafetão antes de me levar ao motel. Eu entrava com casais deitada no banco traseiro”, relata a moça, que aprendeu a cheirar cocaína com os clientes que exigiam uso de drogas. “Nunca mais usei depois que saí de lá”, afirma.

Acabou criando vínculos com um homem que comprava chocolates e a deixava comer batata frita com refrigerante durante os programas, satisfazendo desejos infantis da adolescente. Este homem ajudou Natália a fugir da escravidão de quatro

anos comprando uma passagem para Belo Horizonte, onde ela teria amigas que conheceu pela internet. Na região metropolitana da capital mineira, superou a exploração sexual comercial e arrumou alguns empregos. Um pouco mais estabilizada, decidiu voltar para Londrina para encontrar uma irmã – que foi abandonada como ela – e procurar a filha. Sem conseguir emprego e sem dinheiro, Natália chegou a voltar para as ruas e fez alguns programas em um conhecido ponto de prostituição da cidade, onde foi resgatada pelo projeto Casa Verde, que dá abrigo a pessoas que querem superar situações degradantes.

O RESGATE

Aos 22 anos, Natália reatou vínculos com a filha e agora se dedica a retomar planos que incluem terminar os estudos, arrumar um emprego e desta forma recuperar a guarda da criança, que perdeu o pai e hoje vive com parentes. Matriculada em um programa de educação de jovens e adultos, ela conta com a ajuda do projeto Casa Verde para encontrar um trabalho, mas confessa que é difícil omitir a história da própria vida sempre que é convocada para uma nova entrevista. Otimista, Natália tem um sonho: estudar Direito e um dia trabalhar na Vara da Infância, em uma tentativa de evitar que outras crianças passem pelas tragédias que lhe foram apresentadas antes mesmo da vida adulta.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

'Problema existe e preocupa'

17 MAI 2015

Sílvia Maia, psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas 3), em Londrina, revela que o serviço atende atualmente 21 adolescentes vitimados pela exploração sexual comercial, mas acredita que os casos sejam subnotificados. Segunda ela, muitos começam a ser explorados por volta dos 12 anos, quando incia a adolescência. "O problema existe, é real e preocupa", garante.

Diferentemente de outros direitos dos adolescentes que são violados, este aparece pouco porque envolve vários tabus, inclusive a questão econômica. "Os adolescentes sabem que a atividade é sigilosa e não contam quase nada. Além disso, por haver dinheiro envolvido, sentem-se responsáveis, fica a ideia de consentimento. É complicado que se entendam como vítimas. Muitos chegam por outros motivos e acabam contando sobre a exploração", destaca.

Diante da experiência de atendimento destes casos, a psicóloga ressalta que a "escolha" de fazer ou não o programa é relativa, principalmente diante das oportunidades e perspectivas que são oferecidas a esse público. "Não são pessoas que escolhem entre fazer intercâmbio no Canadá ou se submeter à exploração sexual. A verdade é que o Brasil trata muito mal os jovens", opina.

Ela defende que os adolescentes são vistos como "ameaças" e, por isso, faltam iniciativas que ofereçam a esta população a possibilidade de fortalecer vínculos e traçar projetos

de vida. "Quando a adolescente se submete à exploração sexual, não dá para dizer que foi uma escolha consciente, pois não foi dada a ela a oportunidade de estudar ou se profissionalizar", exemplifica, destacando que as escolas atuais são pouco interessantes e atrativas para essa faixa etária. "A percepção é que eles sentem um grande vazio existencial. Frente a isto, fazem qualquer coisa, inclusive o envolvimento com o tráfico e o uso de drogas ou a exploração sexual", analisa.

Sílvia explica, ainda, que os adolescentes se colocam em posição de objeto por questões mais sutis, que superam a simples necessidade. "Crianças e adolescentes são permeados ao lugar que lhes é determinado. Nestes casos, não são colocados no lugar de atores. Para alguns, a única possibilidade de existir é de maneira degradada. O trabalho do Creas visa suspender o ciclo de violência e contribuir para o protagonismo, para transformar este adolescente em sujeito, e não objeto."

Na avaliação dela, as políticas públicas existentes são frágeis e não acompanham as transformações da sociedade. "Falta oferecer a possibilidade de fazer planos, ter sonhos e vislumbrar algo para a própria vida. Há uma falta de perspectivas", acredita. A responsabilidade de resgatar os sonhos cabe a muitos envolvidos, incluindo escola, atendimento em saúde e cultura. "Este tipo de violência institucional é difícil de identificar e decorre da ausência do Estado", afirma. (C.A.)

Falta oferecer a possibilidade de fazer planos, ter sonhos e vislumbrar algo para a própria vida"

CONTINUA

Meninas não se consideram vítimas

Seduzidas por dinheiro e presentes, adolescentes não têm compreensão de que são exploradas; promotora diz que as mais novas, principalmente, se envolvem por carência afetiva



Susana de Lacerda, promotora: "Elas acreditam que fizeram uma opção, mas não é bem assim. Trata-se de um desvalor por si própria, muitas vezes incentivado pelo machismo"

Carolina Avansini e
Bruna Quintanilha

Entre as 50 vítimas identificadas pelo Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) nas investigações sobre exploração sexual comercial de adolescentes em Londrina, a maioria tem entre 14 e 18 anos e, segundo a promotora Susana de Lacerda, da Vara Maria da Penha, foram atraídas para manter relações sexuais com homens adultos diante da promessa de receber dinheiro ou mesmo "presentes" sedutores para esta faixa etária, como books fotográficos, tênis, megahair e até mesmo cursos de inglês. O esquema, conforme ela, é formado por vários núcleos, não necessariamente ligados entre si. As

meninas, na maior parte, vêm de famílias de baixa renda e sem estrutura. "Algumas são mais assistidas, mas nestes casos acabaram expostas a aliciadoras eficazes", diz. Ouvida pela FOLHA, uma das jovens envolvidas no esquema, conta que começou a se prostituir aos 13 anos. "Foi pelo dinheiro. Eu queria ter as coisas."

Apesar das investigações terem aproximado o Ministério Público da questão, a promotora afirma que o órgão não conhece de perto a realidade da exploração sexual em Londrina. "As próprias adolescentes exploradas não procuram ajuda, porque não querem que as histórias venham à tona. Por um lado, porque continuam em situação de exploração, por outro, porque superaram e não querem se expor", afirma.

Medo e vergonha são sentimentos que permeiam os relatos das meninas, que em sua maioria não têm a compreensão de que foram exploradas, apesar da lei considerar crime de estupro qualquer relação sexual com adolescente com menos de 14 anos - consentida ou não - e enquadrar como crime a exploração sexual de pessoas com menos de 18 anos. "Elas acreditam que fizeram uma opção, mas não é bem assim. Trata-se de um desvalor por si própria, muitas vezes incentivado pelo machismo, que estabelece que a mulher é um objeto e que quando recebe pagamento por sexo trata-se de um acordo", diz.

CONTINUA

17 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O depoimento de uma das jovens ouvidas pela reportagem reforça essa ideia. Mesmo tendo apenas 13 anos quando começou a fazer programas, ela não se vê como vítima. "Eu tinha consciência do que estava fazendo."

Outra característica comum é a baixa autoestima. "Principalmente entre as mais novas, são meninas que sentem-se tão desvalorizadas e recebem tão pouco afeto que acabam criando vínculos com estes homens mais velhos", lamenta Susana. A jovem ouvida pela FOLHA chegou a relatar que, muitas vezes, procurava determinados clientes apenas pela companhia e não pelo dinheiro. "Era gostoso sair com ele."

A promotora destaca que todas foram encaminhadas para serviços de atendimento de vítimas de exploração sexual, mas poucas permaneceram em atendimento. "Elas não se consideram vítimas. Mas quando entendem a situação e percebem que foram exploradas, deprimem profundamente", relata.

Suzana de Lacerda avalia que a sociedade também não se preocupa com este tipo de exploração carregada de preconceito social e de gênero. "São meninas de classes sociais mais baixas, de famílias que não protegem e que passam o dia sem supervisão de adultos. Elas não têm maturidade psíquica para entender a situação", denuncia.

O advogado de uma das acu-

sadas de aliciar as meninas mais novas para a exploração sexual desabafa que ela foi tão vitimada quanto as vítimas. Segundo ele, a moça em questão teve o primeiro filho aos 16 anos, já em decorrência de um "programa", o que indica que ela estava submetida a ter relações sexuais por dinheiro ainda mais jovem. "Hoje ela tem quatro filhos e nunca recebeu pensão", diz.

Segundo ele, a moça vive em situação de pobreza e sequer tinha condições de contratar um advogado. "É uma vítima da miséria humana. Estou atendendo gratuitamente porque fiquei com pena."

CONTINUA

17 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Programa leva jovens a resgatar sonhos

*A exploração é o
mais degradante dos
trabalhos infantis*

Reconhecido como uma tecnologia social eficiente no atendimento de adolescentes em situação de alta vulnerabilidade social, o programa Viravida, coordenado pelo Sesi e executado por todo “sistema S”, atende também o público vitimado pela exploração sexual comercial. No Paraná, o programa tem núcleos em Curitiba, Foz do Iguaçu – escolhida por ser região de fronteira – e Londrina, considerada região de risco para exploração sexual por ser próxima de muitas rodovias. Atualmente, são 15 turmas em andamento no Estado. Desde 2010, quando foi implantado, realizou 623 atendimentos, sendo 212 em Londrina. Em todo Paraná, já se formaram 156 pessoas. “Ainda perdemos jovens ao longo do processo, mas os que terminam têm sucesso”, conta Cristiane Wysniewski, coordenadora estadual do Viravida.

Os alunos passam por acompanhamento psicológico e socioeducacional por um período de 12 meses. “O objetivo é inseri-los no mercado de trabalho formal”, diz. Por mais 12 meses, no mínimo, os alunos são acompanhados para que tenham condições de permanecer no trabalho e evitar que retornem à antiga situação de vulnerabilidade. “A ideia é encher esses jovens

de sonhos e expectativas, para que reconheçam a própria história e façam planos de vida”, define a psicóloga do programa em Londrina, Ana Carolina Di Giorgio.

Entre as vítimas de exploração sexual atendidas, estão principalmente meninas e meninas transexuais, com baixa escolaridade e sem vínculos familiares. As alunas muitas vezes se submetem a esta violação desde os 12 anos, mas começam a ser atendidas com 15, que é a idade mínima para ingressar no Viravida. “A exploração é o mais degradante dos trabalhos infantis, porque ocorre após várias outras violações de direitos das crianças e adolescentes. Eles apresentam todas as vulnerabilidades possíveis”, analisa.

POLÍTICA PÚBLICA

Por ter uma tecnologia específica para atendimento de vítimas de exploração sexual, o Viravida pode se transformar em política pública. “Chegamos nas vítimas porque temos foco”, avalia Cristiane, acrescentando que ainda falta um olhar mais especializado nos serviços públicos existentes.

A informação é confirmada por Heloiza Egas, coordenadora geral de enfrentamento de violência sexual contra crianças e adolescentes da Secretaria de Direitos

Humanos (SDH) da Presidência da República. Ela informou que existe um grupo de trabalho inspirado no programa, reconhecido por ter uma metodologia bem-sucedida para atendimento de casos de exploração. “Estamos discutindo como transformar em política pública, definindo qual será o público-alvo, a faixa etária e qual será a obrigação de cada órgão público envolvido no atendimento destes adolescentes”, diz.

No Brasil, de 2011 a 2014, as denúncias de exploração sexual recebidas pelo Disque 100 aumentaram 121%, passando de 2.455 para 5.437 casos. Heloiza acredita que o crescimento é positivo, pois indica a consolidação do serviço. A coordenadora destaca que as vítimas de exploração sexual são principalmente meninas de 12 a 17 anos, que muitas vezes possuem algum tipo de relação com o agressor e recebem dinheiro ou presentes em troca de relações sexuais para ajudar nas despesas da família, normalmente em situação de alta vulnerabilidade social e econômica. (C.A.)

17 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Auditor implicou cúpula

da Receita Estadual

Primeiro a ser preso na investigação aponta novos nomes: o atual coordenador da Receita José Aparecido Valêncio da Silva e ex-inspetor de fiscalização Jaime Kiochi Nakano

Loriane Comeli
Reportagem Local

Londrina - Preso há 4 meses, o auditor da Receita Estadual de Londrina, Luiz Antonio de Souza apontou, em vários depoimentos que integram o acordo de delação premiada com o Ministério Público (MP) prestados nos últimos 15 dias, o envolvimento do atual coordenador da Receita Estadual do Paraná, José Aparecido Valêncio da Silva, no esquema de cobrança de propina de empresários e sonegação fiscal descoberto pela operação Publicano, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em 20 de março.

Outro nome citado, conforme apurou a FOLHA, foi o do ex-inspetor de fiscalização da Receita de Londrina, Jaime Kiochi Nakano, que hoje trabalha em Curitiba, segundo o Portal da Transparência do governo do Estado. Seu último salário foi de R\$ 32,6 mil; Valêncio, que é auditor concursado há cerca de 20 anos, recebeu R\$ 24,5 mil em maio. A participação dos dois teria sido detalhada nos depoimentos de Souza.

O advogado do delator, Eduardo Duarte Ferreira, não mencionou nomes, mas disse que parte da propina arrecadada em Londrina ia para Curitiba. "Não posso revelar nomes, mas, segundo meu cliente, pelo menos 10% do que os fiscais arrecadavam ia para a Inspeção-Geral de Arrecadação em Curitiba", afirmou.

Em entrevista, Valêncio afirmou que não participou de qualquer ato ilícito e, que desconhecendo o teor da delação de Souza, não poderia acrescentar outras informações. Nakano, que segundo Valêncio, atualmente está à disposição da Secretaria Estadual de Fazenda (ele não está lotado na Coordenadoria da Receita), não foi localizado ontem pela FOLHA.

Por meio da assessoria de imprensa, o secretário estadual de Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa, afirmou que todas as denúncias contra servidores serão investigadas e, se houver comprovação, os responsáveis serão punidos, "doa a quem doer".

A DELAÇÃO

Nos depoimentos, Luiz Antonio de Souza, que responde a processos por envolvimento no esquema de exploração sexual, declarou que R\$ 2 mi-

lhões arrecadados em Londrina foram para a campanha de reeleição de Beto Richa (PSDB), em 2014; detalhou como era feito o acaque aos empresários e a distribuição dos frutos da corrupção – parte ficava com o auditor que arrecadava e parte com o delegado regional e com o inspetor regional, além do que ia a Curitiba; disse que mais 35 auditores de Londrina estão envolvidos; que esquema semelhante abrangia 12 das 14 delegacias regionais do Paraná; e que em 10 anos o grupo criminoso recebeu mais de R\$ 50 milhões em propina.

CONTINUA

17 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O MP já acusou 62 pessoas pela organização criminosa na Receita, sendo 15 auditores. A 3ª Vara Criminal de Londrina já recebeu a denúncia e, em breve, as testemunhas começarão a ser ouvidas. “Segundo a ótica do meu cliente, a denúncia deve receber pouquíssimos retoques”, afirmou Ferreira, acrescentando, porém, que os fatos novos devem ser apurados pelo Gaeco e se transformar em outras denúncias, abrangendo novos réus. “O Ministério Público e o Gaeco estão analisando todas as informações trazidas pelos acordos de delação premiada”, disse o promotor de Defesa do Patrimônio Público, Renato de Lima Castro, referindo-se aos acordos de colaboração de Souza e de sua irmã, a também auditora Rosângela de Souza Semprebom.

17 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA
**'Quem paga a
conta com a
mudança é a
população'**

Para procurador do Ministério Público de Contas,
futuros governadores
podem aumentar a carga tributária para
cobrir o fundo de previdência



*o procurador Gabriel Guy Léger considera inconstitucional a
lei que aprovou mudanças no regime da Parana-previdência*

66

*Nós podemos participar de
audiências públicas.
Mas não fomos convidados
para participar deste debate"*

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Rafael Fantin
Reportagem local

Londrina – Os procuradores do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná (MPJTC-PR) apresentaram no último dia 8 medida cautelar para evitar ou suspender o “uso irregular” de recursos administrados pela Parana Previdência, fundo previdenciário do Estado. No último dia 29 de abril, durante a “batalha do Centro Cívico” que terminou com mais de 200 feridos, a Assembleia Legislativa (AL) votou as mudanças na Parana Previdência, que visam transferir 33 mil aposentados pagos pelo fundo financeiro, deficitário, para o fundo previdenciário, com R\$ 8,5 bilhões em caixa. O governo Beto Richa (PSDB) alega que a medida traria economia de R\$ 1,7 bilhão por ano, aliviando a crise financeira do Estado. No entanto, o Tribunal de Contas (TC) arquivou a medida cautelar na última sexta-feira.

O MPJTC afirmou que o projeto de lei, já sancionado pelo governo estadual, compromete o “equilíbrio financeiro” das contas públicas. Em entrevista à FOLHA, o procurador Gabriel Guy Léger explica que a população paranaense pode sofrer consequências a partir de 2021, principalmente com o aumento de impostos, pois a lei prevê a utilização de recursos do Tesouro do Estado caso os royalties de Itaipu não sejam suficientes para o prometido aporte ao fundo previdenciário. “Quem paga a conta é a população. O governante tem a responsabilidade de gerir e buscar os recursos”, afirma. Confira a entrevista:

Por que o Parana Previdência foi criado?

O Parana Previdência foi criado em 1998 para resolver um problema que adveio da nova constituição de 1988, que estabeleceu um regime próprio de previdência para os servidores no artigo 40. Também estabeleceu a necessidade de um regime jurídico único. Isso gerou um comprometimento dos recursos orçamentários para fazer frente aos benefícios de aposentadorias e pensões de pessoas que não estariam mais vinculados ao INSS. Ou seja, a partir do início da década de 90 passou a ser obrigação dos municípios, estados e União fazer o pagamento da aposentadoria dos seus servidores. Naquela época, como havia muito mais servidores na ativa, trabalhando, e poucos aposentados, os 10% que se descontavam dos ativos eram suficientes para se pagar os inativos. À medida que mais pessoas se aposentavam essa conta começou a impactar os recursos orçamentários, de modo que se precisou fazer reservas para fazer frente. No início do ano 2000, tivemos a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, limitando o montante do orçamento público, que seria destinado ao pagamento de pessoal. Na LRF, as despesas com aposentadoria e pensões que fossem pagas com recursos reservados, ou seja, capitalizados, não comporiam as despesas com pessoal. O Estado do Paraná percebeu que era importante separar entre servidores ativos quem teria tempo de constituir uma poupança para pagamentos futuros, no regime de capitalização no qual foi criado o fundo de previdência.

Qual o problema da transferência de servidores para outro fundo da previdência, como quer o governo do Estado?

A poupança não foi constituída corretamente desde 1998 até recentemente, por vários problemas sob responsabilidade de todos os governadores desde 2000 até 2012, quando o Estado entendeu que seria melhor retirar 62 mil servidores deste fundo de previdência e passar para o fundo financeiro. Assim, aqueles servidores que permaneceram no fundo de previdência teriam recursos e poupança suficiente para pagar suas aposentadorias. Quando você traz 62 mil servidores para o fundo financeiro, praticamente 7 mil inativos, você faz com que o Estado precise de mais dinheiro para pagar os aposentados do fundo financeiro. No primeiro momento, o Estado estava sem dinheiro e fez um empréstimo do próprio fundo de previdência, o que é vedado pela lei. Na perspectiva de que não teria mais como pagar esses valores, o governo está colocando para o fundo de previdência, a poupança, o pagamento da aposentadoria de 33 mil servidores com mais de 73 anos de idade. Aqui que está o problema, pois essas pessoas que têm mais 73 anos de idade, lá em 98, elas tinham 61 ou 62 anos. Elas nunca contribuíram para a poupança do fundo de previdência. Elas contribuíram quando ativos para outros fundos, mas nunca para o fundo de previdência. É a mesma coisa que você fazer uma poupança para comprar um carro e o seu vizinho para comprar uma casa. Quando ele vai comprar, está faltando dinheiro e ele pega sua poupança para completar.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

O servidor vai ser prejudicado?

Nenhum servidor vai deixar de receber aposentadorias. Mas, a conta está sendo jogada para o próximo governador a partir de 2021. Quem vai ter que pagar essa conta, a diferença daquilo que o Estado não vai conseguir pagar, é o governo de 2021 a 2051. Ou seja, o que acontece é que nesta mudança o governo está jogando uma responsabilidade para 2021.

Então, quem pode sofrer com essas mudanças? Quais serão as consequências?

A consequência é para a população do Estado do Paraná. A consequência é a dificuldade do governador gerir as contas a partir de 2021. Quanto ao aporte de R\$ 1 bilhão com os royalties de Itaipu, o Estado teria direito de 2021 ao começo de 2023, prazo final do acordo de 50 anos da Itaipu Binacional. Ou seja, se o Brasil e o Paraguai não renovarem os termos do tratado internacional, na sequência, após essa data, o que vai se aplicar é a regra geral dos royalties. Com toda certeza, aplicando a regra geral dos royalties, o percentual e valores destinados ao Estado do Paraná serão significativamente inferiores à atual expectativa. Por isso, há uma segunda cláusula na lei que diz que caso os recursos dos royalties não sejam suficientes, o aporte terá que vir do Tesouro. Em outras palavras, terá que vir daquilo que o Paraná arrecada com impostos. Quem paga a conta é a população e o governante tem a responsabilidade de gerir e buscar os recursos.

Por que a mudança é inconstitucional?

Primeiro, porque os servidores não contribuíram e o artigo 40 estabelece o princípio da contributividade. Se o servidor não contribuiu com essa poupança do fundo previdenciário, ele não pode ter sua aposentadoria paga pelo fundo previdenciário. Neste caso, recursos do Estado devem fazer o pagamento deste servidor aposentado. Para ter os recursos suficientes, o Estado reajusta os impostos. Por que houve aumento de ICMS e IPVA? Para aumentar a arrecadação para que o Estado possa cumprir seus compromissos. De uma maneira muito simples, quando aumenta as despesas do Estado, ele precisa buscar mais receitas.

Quem pode intervir após sanção da lei que mudou o Paranaprevidência?

A lei geral que trata deste assunto condiciona as alterações desta massa de servidores à aprovação do Ministério da Previdência. Então, de uma maneira muito clara, não é que os deputados dependam da aprovação do Ministério da Previdência para votar a matéria. O governador não poderia encaminhar nenhum projeto de lei sobre esse assunto antes de ter um posicionamento da União porque a lei atribui ao Ministério da Previdência a fiscalização do sistema. O Ministério tem um setor específico que trata do regime geral de previdência, que é a autarquia do INSS que administra. Além disso, existe outros setores que tratam das previdências complementares e da previdência pública. Esse último segmento é competente, por lei, deliberar se essa alteração no regime é adequada ou não. Essa prévia aprovação do Ministério não foi buscada.

Houve participação do Ministério Público de Contas nas discussões do projeto de lei?

Nós nunca fomos consultados e a nossa manifestação sempre se dá nos processos que são submetidos ao Tribunal de Contas (TC), mas evidentemente que nós podemos participar de audiências públicas. Mas nós não fomos convidados para participar deste debate. O nosso foco de atuação é como fiscal da lei dos processos encaminhados ao TC. Portanto, ser fiscal da lei é verificar se os princípios constitucionais e se as leis estão sendo obedecidas. Quando tem uma lei estadual, tenho que verificar se está em conformidade com a regra geral, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a Constituição Federal e com a Constituição Estadual. Se há uma inconformidade da legislação ou do ato administrativo, eu tenho que informar isso ao Tribunal. No caso do Tribunal reconhecer a inconstitucionalidade da lei, ele comunica o procurador-geral de Justiça ou o procurador-geral do Estado para que eles entrem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Quem define ou não se é inconstitucional é o poder judiciário.

FOLHA DE LONDRINA

LUÍZ GERALDO MAZZA

17 MAI 2015

Avanços estruturantes

No andamento desta semana tivemos alguns fatos históricos por sua fortíssima originalidade como o questionamento dos procuradores junto ao Tribunal de Contas da constitucionalidade das mudanças na Paranaprevidência e o fato de estar na pauta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça o pleito de Maurício Requião para restaurar a sua vaga, dada como legítima, e depois anulada, como conselheiro e que teve o seu lugar ocupado pelo novo presidente da Corte, o conselheiro Ivan Bonilha. Como o assunto já esteve na pauta anteriormente, acredita-se em novo adiamento.

Claro que as duas questões desagradam o governo, mas se dão em espaços de prerrogativas específicas tanto do contencioso de contas como do órgão mais importante do Poder Judiciário. É evidente que ambas rompem a rotina permanente de calma e, sobretudo, de cordialidade no convívio intrapoderes, todavia se constituem em evidências de vitalidade institucional, pois nada têm de ociosas ou gratuitas ainda que produzam efeitos, ao menos aparentes, de enorme contrariedade nos que exercem o poder e habituados a prebendas mesmo quando nas cordas do ringue como se deu com as convulsões de 29 de abril no Centro Cívico, no maior aparato de guerra já visto no Paraná e que colocou muito mal as condições operacionais da Polícia Militar essa cômica, porém, também trágica vitória de Pirro.

Patrulheirismo

Tivemos ainda em decorrência do conflito a exploração de imagens dos digladiantes como a feita em cima do servidor do gabinete de Tadeu Veneri lançando um vaso de flores contra os policiais: o autor assumiu o desvario e pediu exoneração do cargo, posto que o exercesse há muitos anos. Foi o que bastou para que o deputado Ricardo Arruda partisse para o transbordamento pedindo exame psiquiátrico em todos os servidores e nunca nos deputados que parecem moscas mortas quando não enxergam, integrando as comissões executivas da Casa, ou como observadores as manobras dantescas do Bibinho e posam de inocentes, inclusive com o apoio da corporação fraterna.

Há também o pedido de processamento das estudantes de Londrina, aquelas que declararam ter sido postas nuas por PMs femininas, em vídeos largamente postos nos noticiários de televisão. Alegam que tudo não passa de uma armação e querem reparação. Nos dois casos, como se vê, não há mártires verdadeiros e sim vítimas de um processo de radicalização potencializado pela polícia que atuou como se fosse uma ocupação guerrilheira, tal o aparato mobilizado.

O nosso ministro

A ocorrência-chave da semana, fato que raramente se dá em rituais parecidos, foi a sabatina do jurista da terra, o gaúcho Luiz Edson Fachin, que a despeito dos seus óbices políticos foi uma demonstração da unidade paranaense, ali expressa pelos três senadores e o governador e a bravura do postulante. O desempenho de Fachin recuperou os melhores momentos da intervenção da inteligência da terra em acontecimentos nacionais. A arrematada, bem compensada pela aprovação do nome por 20 a 7 na Comissão de Constituição e Justiça, permanece para evitar surpresas até a votação da matéria no Senado.

A resistência ao nome do jurista parte do PSDB e PMDB, especialmente esse na cobertura aos interesses políticos do presidente da Câmara Alta, Renan Calheiros, em permanente jogo de braço com Dilma Rousseff e na sequência de embaraços em votações do ajuste fiscal. Nunca um postulante foi tão exposto como agora não apenas na duração da sabatina como na frequência dos ataques pelas redes sociais, em esquema de saturação, que o jurista se ocupa em responder

principalmente questões de deontologia no exercício profissional. O esforço para barrá-lo persiste e nem pode ser subestimado, em que pese a expectativa de hoje aparentar favorecê-lo.

17 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Semelhanças

Na operação Lava Jato, deflagrada pelas forças federais (Polícia Federal e Ministério Público Federal) há mais de um ano, o primeiro preso foi o doleiro Alberto Youssef. Na operação Publicano, coordenada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) no começo deste ano, o primeiro preso foi o auditor fiscal Luiz Antonio de Souza. Youssef e Souza, ainda privados da liberdade, decidiram falar. Ambos os delatores confirmam a existência de “organização criminosa” enraizada em estruturas públicas, Petrobras e Receita Estadual do Paraná, para desvio de dinheiro que irrigaria campanhas eleitorais. Em tempo: os dois são de Londrina.

Aprovação

As particularidades em torno das operações Lava Jato e Publicano também acontecem por parte dos implicados. Ao defenderem as arrecadações para as campanhas o PT nacional e agora o PSDB estadual afirmam que as contas foram devidamente aprovadas pela Justiça Eleitoral.

Confidência

O auditor da Receita Estadual de Londrina Luiz Antonio de Souza, que “estragou” o fim de semana de muitos colegas, empresários e políticos com a delação premiada cuja parte do conteúdo foi revelada ontem pela imprensa, também teria revelado ao Gaeco uma confidência do colega auditor Márcio de Albuquerque Lima, apontado como o chefe da quadrilha que operava em Londrina, durante o período em que permaneceram presos na unidade dois da PEL.

Coincidência

Segundo o delator, Lima teria dito que somente se entregou – 40 dias após o mandado de prisão ser expedido pela 3ª Vara Criminal porque uma alta figura do governo estadual teria lhe garantido que conseguiria um habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Coincidentemente, Lima ficou preso apenas pouco mais de 10 dias. Em liminar, concedida pelo ministro Sebastião Reis Júnior, ele conseguiu a extensão dos benefícios da liberdade dada ao colega José Luiz Favoreto.

Livres

Praticamente todos os réus no caso apurado pela operação Publicano – uma superorganização criminosa que agia na Receita Estadual de Londrina achacando empresários que sonegavam impostos estaduais – foram postos em liberdade pela mesma decisão. A liberdade concedida aos réus estaria intrigando até a Procuradoria Geral da República.

Roberto Jefferson beneficiado

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, concedeu pedido do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), condenado no mensalão, para passar do regime semiaberto para o aberto. A decisão foi divulgada ontem e ocorreu após aval do Ministério Público para o pedido. Ele havia sido preso em fevereiro do ano passado e cumpre pena no Rio. Jefferson foi condenado no processo do mensalão a sete anos de prisão por lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Sua defesa sustentou que ele atingiu o cumprimento de 1/6 da pena, necessário em lei para a progressão do regime. Para esse cálculo, considerou que ele está trabalhando externamente desde outubro de 2014.

União por Fachin

OPINIÃO DO LEITOR

Que bom seria se nosso Estado tivesse o apoio na busca e liberação de verbas para saúde, educação, valorização dos professores, segurança e habitação para os nossos 399 municípios como na última semana quando todos se uniram para apoiar o jurista Luiz Edson Fachin para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Senadores inimigos mortais, governador, presidentes do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e da Assembleia Legislativa, reitor da UFPR, presidente da OAB e entidades do comércio e indústria lotaram a sabatina no Senado. Depois disso, cada um volta para seu habitat e o povo que se exploda. Essa é a verdade. Espero que o futuro ministro Fachin se afaste do MST e esqueça o PT, como o diabo corre da cruz, o que será difícil, pois a indicação foi da “gerentona” Dilma. Sugiro que pense na ética para todos na sua gestão ou então que incorpore 1% do que o grande ex-ministro Joaquim Barbosa fez na passagem pelo STF. Vamos aguardar.

JOSÉ PEDRO NAISSER (aposentado) – Curitiba

16 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Brasil já fez 3,7 mil casamentos gays

Lei que impede cartórios a converter união estável homoafetiva em casamento civil entrou em vigor há dois anos

Fausto Macedo
Agência Estado

São Paulo – Nos últimos dois anos, o Brasil registrou a realização de 3,7 mil casamentos entre pessoas do mesmo sexo. A Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que impede os cartórios brasileiros de se recusarem a converter uniões estáveis homoafetivas em casamento civil, completou dois anos na última quinta-feira. A medida foi aprovada em 14 de maio de 2013 e entrou em vigor dois dias depois, em 16 de maio.

“A sociedade brasileira requiritava essa equiparação entre casais homossexuais e heterossexuais, direito reconhecido pelo próprio Supremo Tribunal Federal, mas as resistências ainda eram muitas, sobretudo para celebração de casamento entre pessoas do mesmo sexo perante cartórios de todo o Brasil. O tema, hoje, é uma página virada no Brasil”, disse o conselheiro Rubens Curado.

A equiparação do casamento entre homossexuais e heterossexuais permite os mesmos direitos do casamento, estabelecidos pelo Código Civil, como inclusão em plano de saúde e seguro de vida, pensão alimentícia, direito sucessório e divisão dos bens adquiridos. Antes da resolução do CNJ, a união

de pessoas do mesmo sexo era reconhecida como estável, desde que fosse pública, contínua, duradoura e com o objetivo de constituir família.

Entretanto, os casais precisavam ingressar na Justiça para que suas uniões fossem reconhecidas.

De acordo com dados da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), o Distrito Federal registrou, nos últimos 24 meses, 245 casamentos entre pessoas do mesmo sexo. No primeiro ano, foram registrados 122 casamentos. No segundo ano, os últimos números confirmaram a média local: foram 123 registros.

Na Região Norte, a média anual chega a 10 casamentos desde a aprovação da resolução. Fora a inexistência de registros no Acre, Roraima apresentou dois casamentos; Amazonas, sete; e Rondônia, 10 legalizações de união estável. Já a Região Sudeste lidera, com São Paulo em primeiro lugar no ranking nacional (1.945 uniões), seguido pelo Rio de Janeiro, com 211 casamentos, e Minas Gerais, com 209.

SÃO PAULO LIDERA

As informações foram divulgadas ontem pelo CNJ. Dados divulgados em dezembro de 2014 pelas estatísticas de registro civil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

apontaram São Paulo em liderança com 1.945 registros de casamento. Desse número, 897 uniões ocorreram entre homens e 1.048, entre mulheres. O Acre foi o único estado a não registrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgarem a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, reconheceram a união estável para casais do mesmo sexo. Entretanto, os cartórios de todo o Brasil só passaram a ser obrigados a registrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo em maio de 2013, após resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Aprovada durante a 169ª Sessão Ordinária do CNJ, realizada em 14 de maio de 2013, entrou em vigor dois dias depois. Diante da recusa da realização da união entre pessoas do mesmo sexo pelos cartórios, passou a caber recurso ao juiz corregedor da respectiva comarca e até mesmo ao CNJ para o cumprimento da medida.

16 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Auditor afirma que propina foi para campanha de Beto

Em delação, Luiz Antonio de Souza aponta
que cerca R\$ 2 milhões foram
arrecadados de três empresas beneficiadas
com ausência de fiscalização

Loriane Comeli
Reportagem Local

Em acordo de delação premiada com o Ministério Público (MP), o auditor da Receita Estadual de Londrina, Luiz Antonio de Souza, preso há 4 meses, revelou que parte da propina arrecadada por fiscais do órgão – aproximadamente R\$ 2 milhões – foi para a campanha de reeleição de Beto Richa (PSDB). A informação foi repassada pelo advogado do delator, Eduardo Duarte Ferreira, que acompanhou a série de depoimentos prestados por Souza nos últimos 15 dias.

Segundo Ferreira, seu cliente declarou que houve “arrecadação específica” para a campanha do governador. Três empresas beneficiadas com ausência de fiscalização tributária, que deixaram de recolher impostos, teriam contribuído a partir de fevereiro de 2014 com parcelas mensais. “O total foi de aproximadamente R\$ 2 milhões.

A arrecadação foi feita de maneira específica junto a três empresas, que pagaram parcelas mensais a partir de fevereiro até, mais ou menos, setembro. Os pagamentos eram feitos em espécie”, declarou o advogado, citando a delação de seu cliente.

O dinheiro, de acordo com o delator, teria sido repassado a Márcio Albuquerque de Lima – que já foi delegado da Receita em Londrina. Porém, entre junho de 2014 e fevereiro de 2015, passou a ocupar cargo de inspetor-geral de fiscalização, em Curitiba. Ele perdeu o cargo dias antes de o MP conseguir mandado para fazer buscas em sua casa e gabinete.

Lima teria repassado as parcelas a Luiz Abi Antoun, parente do governador Beto Richa. Abi também é acusado pelo MP de Londrina de chefiar quadrilha que fraudou a contratação de sua oficina mecânica – a Providence – para prestar serviços ao Estado.

Chama a atenção o fato de Souza não é o primeiro a revelar a participação de Abi na campanha de Beto. O fotógrafo Marcelo Caramori, mais conhecido como “Tchello”, que trabalhou como assessor da Casa Civil até janeiro deste ano, quando foi preso suspeito de participar de um esquema de exploração sexual de adolescentes, revelou, também em acordo de delação premiada com o Gaeco, que Abi seria “o grande caixa financeiro do governador Beto Richa”. A atribuição do parente distante seria “bancar campanhas políticas e arrecadar dinheiro proveniente de vários órgãos do Estado”.

CONTINUA

16 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Procurado por meio de sua assessoria, o governador não se manifestou sobre a nova denúncia, afirmando apenas o partido poderia comentar o fato. Em nota, o PSDB afirmou que “refuta de forma veemente as declarações atribuídas ao sr. Luiz Antonio de Souza” e que “Luiz Abi Antoun nunca tratou de arrecadação para a campanha eleitoral”. “O partido ressalta ainda que todas as doações recebidas na campanha eleitoral de 2014 ocorreram dentro da legalidade, sendo registradas e atestadas pelo Comitê Financeiro. As contas foram apresentadas e aprovadas integralmente pela Justiça Eleitoral”, conclui a nota.

As propinas arrecadadas pela organização criminoso também teriam sido destinadas a campanhas de pelo menos dois deputados, cujos nomes não foram revelados.

CONTINUA

Esquema provocou rombo de R\$ 500 mi aos cofres do Estado

Nas quase 30 horas de depoimento que prestou ao Ministério Público nos últimos 15 dias, o auditor da Receita Estadual de Londrina Luiz Antonio de Souza revelou um rombo de pelo menos R\$ 500 milhões em impostos sonegados no Paraná nos últimos 10 anos e implicou no esquema de cobrança de propina pelo menos mais 100 pessoas e empresas, incluindo 35 auditores. Até agora, 15 auditores de Londrina foram acusados formalmente, em denúncia protocolada em abril pelo MP, de integrarem um organização criminosa de achaque contra empresários.

Souza também afirmou, segundo seu advogado, Eduardo Duarte Ferreira, que em 10 anos a organização arrecadou em Londrina cerca de R\$ 50 milhões em propina e que pelo menos 10% disso foi para Curitiba, para ser entregue diretamente a pessoas que trabalhavam na Inspeção-Geral de Fiscalização, na Receita Estadual do Paraná. “Do total recolhido, 10% iam para Curitiba. Metade do que restava ficava com o fiscal que arrecadou e metade ia para o delegado de Londrina e para o chefe de fiscalização de Londrina”, explicou Ferreira. “A estimativa é que pelo menos R\$ 500 milhões tenham deixado de ser recolhidos em impostos estaduais.”

Ferreira afirmou que, se-

gundo seu cliente, o dinheiro “era transportado para Curitiba em moeda corrente mesmo, em espécie”. “Ia por carro, avião, caixa, mala, era de tudo, inclusive preso ao corpo”, contou. Sobre quem levava, disse que havia vários encarregados e que o próprio cliente chegou a fazer o transporte de valores.

Mas, o auditor Luiz Antonio de Souza – que também responde a vários processos por envolvimento no esquema de exploração sexual de adolescentes – não parou por aí: declarou que esquemas muito semelhantes ao de Londrina vigoram em praticamente todas as delegacias regionais do Paraná: apenas duas das 14 não teriam atualmente um esquema fixo de exigência de propina de empresários para amenizar ou negligenciar a fiscalização de sonegação de impostos, sobretudo de ICMS.

Preso há quatro meses – desde 13 de janeiro, quando foi flagrado com uma adolescente de 15 anos em um motel da cidade, Souza resolveu falar, segundo Ferreira, para ter perspectivas de futuro. “Uma parte preponderante foi do próprio esgo-

tamento físico e mental do cliente, que preso, está sem ver uma perspectiva futura, porque os processos já começaram a ser instruídos e é um estresse absolutamente total. Não havia qualquer sinalização de futuro e (com a delação) começou a haver.”

BENEFÍCIOS

Conforme a legislação, quem delata esquema de propina tem benefícios como redução ou isenção de pena. Nem o advogado nem o promotor disseram o que Souza conseguiu com a colaboração, mas, um dos benefícios se estenderia a sua irmã Roseneide de Souza, que não é auditora, mas está presa (recentemente, em regime domiciliar) há quase dois meses. Ela seria uma espécie de “laranja” do irmão.

Além de delatar o esquema da Receita, Souza também colaborou com as investigações sobre enriquecimento ilícito e o caso da exploração sexual e comprometeu-se a devolver aos cofres do Estado parte do patrimônio que comprou com dinheiro de propina. Segundo o Gaeco, o patrimônio do auditor seria de aproximadamente R\$ 40 milhões. O advogado diz que a soma é menor.

Organização arrecadou em Londrina cerca de R\$ 50 milhões em propina

CONTINUA

16 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Há uma preocupação com esse acordo e com os benefícios para meu cliente, mas, de fato, é muito benéfico esclarecer como o esquema funcionava e parar com o esquema, além de recuperar dinheiro para os cofres do Estado. O mesmo vale para dar fim ao esquema de exploração sexual”, avaliou Ferreira, descartando que a liberdade para Souza seja um dos benefícios do acordo de colaboração.

Outra irmã de Souza, a auditora Rosângela de Souza Semprebom, também fez acordo de delação com o MP. “Foi muito útil”, disse Castro.

AVALIAÇÃO

O promotor Renato de Lima Castro, que atua na Defesa do Patrimônio Público, considerou “excelentes” as delações dos irmãos auditores porque “detalharam a organização criminosa, sua estrutura e a divisão de tarefas”. “Ficou clara a importância das pessoas que exerciam cargos de chefia”, avaliou. Ele também ressaltou o fato de que a corrupção está em praticamente todas as delegacias da Receita do Estado. “Foram delações importantes porque temos agora a visão de dentro para fora de como agia a quadrilha.” (L.C.)

16 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Investigações e delação premiada

As investigações que apuram desvio de dinheiro público em praticamente todas as esferas da administração pública nunca chamaram tanta atenção dos brasileiros. A Operação Lava Jato, em curso sob a chancela da Justiça Federal do Paraná, que tem trazido à tona o rombo bilionário na Petrobras, e as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, que averigua corrupção na delegacia da Receita Estadual e exploração sexual de adolescentes, introduziu no vocabulário corrente da população um outro termo: a delação premiada.

Embora não seja um artifício novo, é inegável afirmar que nunca houve tanto destaque. A partir do acordo feito entre os réus e a Justiça é possível identificar outros envolvidos e mais facilmente o destino do dinheiro desviado a partir da redução da pena do infrator. A proposta é benéfica, mas não pode ser usada como ferramenta única de investigação até porque é preciso apresentar provas documentais para comprovação das afirmações.

Se esses casos jogaram uma luz sobre a corrupção enraizada na administração pública brasileira, é importante que a Justiça tenha celeridade no julgamento. Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta que no ano passado foram julgados 110 mil processos relativos a improbidade e crimes contra a administração pública distribuídas até 2011. Naquele ano tramitavam cerca de 198 mil ações. O CNJ havia estabelecido como meta anticorrupção o julgamento de todas as ações. Importante lembrar que esse objetivo foi estabelecido em 2012 e prorrogado por dois anos. Se os tribunais acumulam processos ou se há "engavetamento" é importante que a sociedade fique atenta e cobre mais agilidade.

A corrupção só será extirpada a partir de punição dos envolvidos e da maior vigilância da população. O dinheiro público deve ser tratado como um bem de todos e aplicado em prol de todos.

16 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Temporada do perdão

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) estendeu os efeitos do habeas corpus concedido ao auditor José Luiz Favoretto a mais quatro envolvidos na Operação Publicano. Foram beneficiados o policial civil André Luiz Santelli e os auditores Ranulfo Dagmar Mendes, Ednardo Paduan e Miguel Arcanjo Dias, que estava foragido. O pedido de Ricardo de Freitas foi negado pelo STJ. Com as liberações, restam presos Favoretto, Orlando Aranda e Luiz Antonio de Souza, por terem envolvimento com o caso de exploração sexual de adolescentes. Segue foragida a auditora Ana Paula Pelizari Marques de Lima, esposa do ex-inspetor da Receita Estadual Márcio Albuquerque de Lima.

Entendimentos

As defesas dos réus da Operação Publicano estão conseguindo um "entendimento diferente" do STJ em relação à Justiça paranaense para conseguir a liberação dos envolvidos. Evidentemente, estão desempenhando o trabalho que lhes cabe. Porém, é difícil para o contribuinte entender como pode ao mesmo tempo decisões tão distintas. Enquanto em Brasília os habeas corpus são concedidos, a Justiça do Paraná acata novos pedidos dos investigadores decretando três prisões na operação Mercúrio, desdobramento da apuração que começou em Londrina. O momento coincide, ainda, com as declarações do delator Luiz Antonio, que confirmaria a existência da organização criminosa na Receita Estadual.

16 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

TC arquiva cautelar sobre Paranaprevidência

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba – O presidente do Tribunal de Contas (TC) do Paraná, Ivan Bonilha, decidiu ontem arquivar a medida cautelar do Ministério Público de Contas (MPC) que considerava irregular a reforma na Paranaprevidência. O conselheiro entendeu que a matéria “aborda uma questão de ordem constitucional”, cujo mérito somente pode ser avaliado por um tribunal superior, no caso o Supremo Tribunal Federal (STF).

“Trata-se de uma questão típica de controle abstrato de constitucionalidade, que escapa às atribuições constitucionais dos Tribunais de Contas”, disse Bonilha, em nota. No entendimento do MPC, as mudanças nos fundos seriam incompetíveis com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Geral dos Regimes Próprios de Previdência, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por esse motivo, onerariam, “a curto, médio e longo prazo”, toda a sociedade paranaense, o que o TC discorda.

A nova legislação recebeu o aval da Assembleia Legislativa (AL) no dia 29 de abril, mesmo enfrentando resistência por parte da oposição e dos servidores públicos estaduais, em especial os professores. Enquanto ocorria a votação em plenário, a Polí-

cia Militar (PM) reprimia com violência os trabalhadores e sindicalistas concentrados no Centro Cívico, em Curitiba. Mais de 200 pessoas ficaram feridas por balas de borracha, mordidas de cães e bombas de efeito moral.

Com a aprovação da medida, o governo conseguiu concretizar em três meses a transferência de 33,5 mil servidores inativos com 73 anos ou mais, que estavam no Fundo Financeiro, para o Fundo Previdenciário. Também reduziu em R\$ 125 milhões por mês os gastos do Tesouro estadual destinados ao pagamento dos beneficiários. O Fundo Previdenciário, hoje com R\$ 8,5 bilhões em caixa, pagava cerca de 14 mil aposentados. Após as alterações, passou a bancar 47 mil.

Na última segunda-feira, o Ministério da Previdência Social (MPS) também havia emitido um parecer contrário às modificações. O relatório, contudo, não tem efeito prático. Isso porque uma liminar concedida pelo STF em 2006, durante a gestão do hoje senador Roberto Requião (PMDB), garante à administração estadual “independência” para tratar do tema. O Fórum das Entidades Sindicais (FES), os diretórios nacionais do PT e do PMDB, além do próprio Requião, informaram que entrariam com Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) no STF, questionando a lei.

16 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Planalto quer adiar reajuste do Judiciário

Ricardo Britto e
Beatriz Bulla
Agência Estado

Brasília - O Palácio do Planalto pretende adiar para 2016 o reajuste do Judiciário previsto para este ano. Preocupado em cumprir a meta do ajuste fiscal, o Palácio do Planalto quer mudar uma proposta de concessão de aumento para a categoria que, após passar sem alarde pela Câmara, está no Senado podendo causar um impacto nas contas públicas de cerca de R\$ 1,5 bilhão, se for aprovada ainda este ano. A saída em estudo é aprovar o projeto na Comissão de Constituição e Justiça e, na sequência, um requerimen-

to para que a proposta, por ter impacto orçamentário, também tramite na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS). Nesta comissão seria aprovada uma proposta que, ao menos, adie para 2016 a entrada em vigor do aumento escalonado da categoria em três anos. Isso porque já não é mais possível alterar o texto na CCJ. Articulador da saída, Delcídio Amaral já sondou o senador Walter Pinheiro (PT-BA) para ser o relator da matéria na CAE. Pinheiro disse que aceita relatar o projeto, desde que os sindicalistas e o STF concordem com o acerto costurado.

CLAUDIO HUMBERTO

Desembargadores estão fora da PEC da bengala

É bom ficar claro: os desembargadores dos 27 Tribunais de Justiça não foram beneficiados com a “PEC da Bengala”, que amplia para 75 anos a aposentadoria compulsória na magistratura. Ainda. Por enquanto, os beneficiados são os ministros do Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar e Tribunal Superior Eleitoral.

Inevitável

Esperam-se medidas como mandados de injunção e de segurança para estender a PEC da Bengala às demais carreiras de Estado.

Efeito cascata

Ministérios como das Relações Exteriores já realizam estudos sobre o impacto da PEC da Bengala, inevitável na carreira diplomática.

Represamento

A PEC da Bengala, que adia a aposentadoria de 70 para 75 anos, deve “represar” carreiras, na Justiça e no Executivo, congelando promoções.

18 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Em vídeo, Beto rebate acusações de delator

Luis Fernando Wilteburg
Reportagem Local

Londrina - O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), usou seu perfil no site de relacionamentos Facebook para refutar as declarações atribuídas ao auditor da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza, preso há quatro meses, que teria dito em delação premiada que parte do dinheiro de propina foi utilizado na campanha de reeleição do tucano. No vídeo, Beto desqualifica o auditor e diz que seu governo é alvo de "uma ação orquestrada" para desviar o foco de poderes maiores.

Souza, preso por suspeitas de envolvimento em esquemas de corrupção na Receita Estadual e de exploração sexual de menores, aceitou colaborar com as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). O teor da delação veio a público na última sexta-feira pelo advogado dele, Eduardo Duarte Ferreira, que acompanhou os depoimentos.

Na ocasião, Beto não quis se pronunciar e apenas o PSDB negou caixa dois e dinheiro de propina na campanha. Beto só se manifestou na tarde de anteontem, ao publicar o vídeo.

Na gravação de 72 segundos, o governador diz que os autores dos ataques "passaram dos limites". "Pegaram um criminoso, réu confesso, preso por abuso de menores, para me acusar sem nenhuma prova. Coisa de bandido", afirma.

Ainda no vídeo, o governador tenta atribuir a "ação orquestrada" à oposição, ao afirmar que "querem desviar o foco de poderes maiores inventando acusações falsas" - o governo federal, que também passa por dificuldades financeiras e desgaste político, é governado pelo PT. "O Brasil vive a pior crise econômica de todos os tempos, mas nós aqui seremos parte da solução", afirma Beto, que conclui o vídeo afirmando que "o Paraná não aceita baixaria".

As imagens tiveram mais de 190 mil visualizações e 2.558 compartilhamentos, até o fechamento da reportagem. O conteúdo também foi replicado em nota oficial da assessoria de imprensa do PSDB, junto com declarações do secretário-geral tucano e presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano, e do presidente da Juventude PSDB, Edson Lau Filho.

Traiano também atribui as acusações a uma suposta ação petista. "Eles estão buscando a desconstrução de governos de oposição para tirar a atenção sobre escândalos do governo federal", traz a nota.

O advogado Eduardo Duarte Ferreira afirma que "quem pode julgar o Luiz Antônio (Souza) não é o governador, mas o Judiciário", e que Beto confunde as contas de campanha com sua própria pessoa. "Nunca meu cliente questionou a figura do governador, mas a arrecadação da campanha. Ele diz que houve pedidos para a campanha, mas feitos por pessoas ligadas ao governo",
frisa

Segundo o advogado, Souza afirma na delação que o dinheiro seria arrecadado de três empresas beneficiadas pela ausência de fiscalização e entregue a Márcio de Albuquerque Lima, ex-delegado da Receita em Londrina e copiloto de Beto em provas de automobilismo, e a Luiz Abi Antoun, parente do governador. Abi é acusado pelo Ministério Público de chefiar quadrilha que fraudou a contratação de sua oficina mecânica - a Providence - para prestar serviços ao Estado.

Ferreira também nega interesse ou posicionamento político nas declarações de Souza.

16 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Auditor diz que campanha de Richa recebeu R\$ 2 milhões de corrupção

Em depoimento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, o auditor fiscal Luiz Antônio de Souza afirmou que a campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB), no ano passado, recebeu R\$ 2 milhões arrecadados com o esquema de corrupção na Receita Estadual. A informação do advogado do auditor, Eduardo Duarte Ferreira, foi confirmada por fontes do Ministério Público Estadual (MP). O governo do Paraná não quis comentar as declarações do auditor. Em nota, o PSDB refutou as acusações e disse que os nomes envolvidos nas investigações nunca trataram de arrecadação para a campanha eleitoral do partido.

16 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Campanha de Richa recebeu R\$ 2 mi de corrupção na Receita, afirma delator

Em depoimento de delação premiada, auditor fiscal diz que a ordem para arrecadar os valores foi dada pelo parceiro de corridas do governador, em nome do primo distante de Beto

LONDRINA

Fábio Silveira, do Jornal de Londrina

O auditor fiscal Luiz Antônio de Souza disse, em depoimento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, que a campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB), no ano passado, recebeu R\$ 2 milhões arrecadados com o esquema de corrupção na Receita Estadual investigado pela Operação Publicano. A informação é do advogado do auditor, Eduardo Duarte Ferreira, e foi confirmada à reportagem por fontes do Ministério Público Estadual (MP), instituição à qual o Gaeco é vinculado. O depoimento de Souza foi prestado após ele fechar um acordo de delação premiada com o MP para ter redução de sua pena.

Segundo o depoimento, além de Richa, dois candidatos a deputado estadual e um a deputado federal teriam sido beneficiados pelo esquema, que consistia em receber propina de empresas para fazer vistas grossas na sonegação de impostos.

Parceiro e parente

Em entrevista à reportagem, o advogado Eduardo Duarte Ferreira afirmou que o auditor relatou que a ordem para levantar dinheiro para a campanha de Richa teria vindo de Márcio de Albuquerque Lima, que no ano passado foi nomeado inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual e que era parceiro do governador em corridas de automobilismo.

No depoimento, disse Ferreira, o auditor afirmou ainda que, em fevereiro do ano passado, foi chamado por Lima para uma reunião. Nesse encontro, teria ficado estabelecida uma meta de arrecadar em torno de R\$ 2 milhões para a reeleição de Richa, dinheiro que seria enviado para um suposto caixa 2 da campanha do tucano. A “meta” teria sido cumprida com três empresas que, assim como as demais achacadas pelos auditores fiscais, tinham dívidas tributárias com o estado.

Uma das empresas seria de Arapongas.

Segundo o advogado, seu cliente relatou que Lima falava em nome de Luiz Abi Antoun, primo distante do governador. Seria Luiz Abi o responsável pela indicação de Lima, primeiro para delegado da Receita Estadual em Londrina e depois para inspetor-geral de fiscalização. “Segundo o relato, ele [Abi] indicou o Márcio Lima e houve uma briga fortíssima de bastidores para a indicação”, declarou o advogado Ferreira.

Divisórias

Segundo Ferreira, o auditor Luiz Antônio de Souza também teria pago, do próprio bolso, a compra de divisórias para o comitê de reeleição de Richa em frente do Terminal Urbano, no centro de Londrina. A aquisição teria custado R\$ 20 mil e a nota fiscal teria sido feita em nome de Souza — o documento não foi entregue ao MP até agora.

Colaborou: Rogério Waldrigues Galindo.

CONTINUA

ESQUEMA

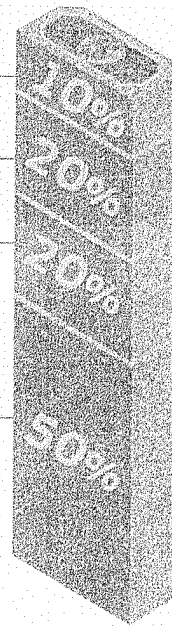
Entenda como funcionava o esquema de desvio de dinheiro da receita estadual. Pelo esquema investigado pela Operação Publicano, os auditores ficavam com 10% do dinheiro que era sonegado – em média, R\$ 6 milhões ao ano. A propina era dividida da seguinte maneira:

Superiores hierárquicos em Curitiba

Inspetor regional de fiscalização

Chefe da Delegacia Regional de fiscalização

Auditor responsável pela fiscalização



O dinheiro era transportado em espécie para os beneficiários do esquema.



Em malas



Em carros



Em aviões



Enrolado ao corpo

Fonte: RPC, Jornal de Londrina. Infografia: Gazeta do Povo.

Fotógrafo já havia citado os dois pivôs do caso

Chico Marés

A Operação Publicano foi deflagrada em Londrina pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), composto pelo Ministério Público (MP) e pela Polícia Civil. No total, 62 pessoas foram denunciadas, no dia 27 de abril, por participarem do esquema de sonegação de impostos e pagamento de propinas na Receita Estadual. Um grupo de auditores cobrava propina para não fiscalizar ou dar proteção a empresas que sonegavam impostos. O principal alvo é o ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Márcio de Albuquerque Lima.

Já Luiz Abi Antoun, parente distante do governador, foi alvo de outra Opera-

ção do Gaeco, a Voldemort. Ele é investigado por suposta fraude em licitação que resultou na contratação emergencial da oficina Providence Auto Center, que conservava os carros do governo na região de Londrina. Outras seis pessoas foram presas.

Apesar de serem investigações distintas, há pontos em comum entre os dois casos. Em fevereiro, o fotógrafo do governo Marcelo Caramori, preso sob acusação de envolvimento num esquema de exploração sexual de adolescentes, afirmou em depoimento ao MP que há ligação entre os dois personagens. Caramori foi preso junto com auditores da Receita envolvidos em ambos os casos.

Segundo o fotógrafo, Abi seria o grande “caixa financeiro” do governador Beto Richa (PSDB). De acordo com Carmori, Abi se incumbia de “bancar campanhas políticas e arrecadar dinheiro proveniente dos vários órgãos

do estado”. Ele disse ainda que Abi teria poder para indicar ocupantes de cargos comissionados “em pontos estratégicos do estado”, como “chefes de fiscalização e das polícias”.

Já Lima, segundo Caramori, “exerceria importante tarefa” no esquema de arrecadação, o que teria justificado sua nomeação para o cargo de Inspetor Geral de Fiscalização da Receita, em junho do ano passado. A responsabilidade pela nomeação seria do próprio governador.

CONTINUA

16 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

PSDB nega acusação; governo e citados não se pronunciam

O governo do Paraná não quis comentar as declarações da delação premiada do auditor Luiz Antônio de Souza. O PSDB emitiu nota: "O PSDB-PR refuta de forma veemente as declarações do Sr. Luiz Antônio de Souza. Informa ainda que o Sr. Luiz Abi Antoun nunca tratou de arrecadação para a campanha eleitoral. Essa tarefa foi de responsabilidade do Comitê Financeiro, do qual o Sr. Luiz Abi Antoun nunca fez

parte. O partido ressalta ainda que todas as doações recebidas pelo partido na campanha eleitoral de 2014 ocorreram dentro da legalidade, sendo registradas e atestadas pelo Comitê Financeiro. As contas foram apresentadas e aprovadas integralmente pela Justiça Eleitoral". O advogado Douglas Bonaldi Maranhão, que representa Márcio de Albuquerque Lima, disse que não tomou conhecimento das acusações e que não poderia se manifestar. Antônio Carlos Coelho Mendes, advogado de Luiz Abi, também disse não iria se manifestar. (RWG e CM)

Investigados fizeram doações legais para o governador

Empresa ligada a Luiz Abi Antoun, citado na delação premiada do auditor Luiz Antônio de Souza, doou de forma legal R\$ 100 mil à campanha de Richa em 2014. Documentos da Junta Comercial apontam ainda que o empresário constava como sócio da empresa quando ela foi criada, em setembro de 1990. Ele, porém, deixou a sociedade em maio de 2012. A Alumpar,

empresa que fez essa doação, é de propriedade da GV Alumínios e da KLM. Esta última empresa é de propriedade dos dois filhos de Abi. O próprio Abi também fez uma doação pessoal de R\$ 2 mil para Richa na campanha de reeleição à prefeitura de Curitiba, em 2008.

Luiz Abi é parente em 7.º grau do governador, que nega ter relação próxima com ele.

Além de Abi, outros auditores envolvidos no esquema fizeram doações para a campanha de Richa em 2014. Márcio de Albuquerque Lima, delegado da Receita Estadual em Londrina, doou R\$ 5 mil. Outros três auditores investigados doaram, juntos, R\$ 8,2 mil. (CM)

16 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Auditor diz que propina era trazida para Curitiba em malas

Delator disse
ao Gaeco que
10% dos recursos
eram entregues aos
seus superiores na
Receita Estadual

*Fábio Silveira, do
Jornal de Londrina*

Parte da propina arrecada-
da em Londrina pelos audito-
res fiscais investigados na
Operação Publicano, do Gru-
po de Atuação Especial de
Combate ao Crime Organiza-
do (Gaeco), seria destina a Cu-
ritiba.

Em entrevista à reporta-
gem, o advogado Eduardo
Duarte Ferreira, que defende
o ex-inspetor regional de fis-
calização Luiz Antônio de
Souza, revelou que 10% do

montante seria levado para a
capital em malas ou amarra-
do ao corpo do transporta-
dor, em carros ou em aviões.
Segundo o advogado, o pró-
prio cliente admitiu ter feito
esse serviço. Os destinatários
seriam superiores hierárqui-
cos dos auditores fiscais.

Souza está colaborando
com as investigações há cerca
de duas semanas, após firmar
um acordo de delação premi-
ada com o Gaeco.

O advogado Ferreira con-
tou que, segundo seu cliente,
o padrão de corrupção verifi-
cado em Londrina se repetia
em outras delegacias da Re-
ceita Estadual em todo o Para-
ná. Ao lado de Londrina, Ma-
ringá e Curitiba seriam as de-
legacias com o maior volume
de propina acumulado. As de
Jacarezinho e de Guarapua-
va teriam uma movimentação
mais fraca.

DIVISÃO DO BOLO

Pessoas que ocuparam os cargos de delegado e de inspetor de
fiscalização da Delegacia da Receita Estadual de Londrina
ganhariam, em média, R\$ 100 mil por mês em propina. Segundo o
delator Luiz Antônio de Souza, o auditor que fazia a fiscalização
ficava com 50% de todo o valor obtido; 40% seriam divididos entre
o inspetor regional de fiscalização e o chefe da Delegacia Regional
(20% para cada); e os 10% restantes iriam para Curitiba. O "bolo"
inteiro chegaria a R\$ 500 mil mensais ou R\$ 6 milhões ao ano.

CONTINUA

16 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**Fortuna de delator
está estimada em pelo
menos R\$ 40 milhões**

Marcelo Frazão, do
Jornal de Londrina

Aos 49 anos, o ex-inspetor regional de fiscalização e, atualmente, auditor fiscal da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza nunca pareceu ter receio de se expor publicamente. Ele foi o primeiro a ser preso na avalanche de investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em Londrina, depois de entrar com uma adolescente de 15 anos em um motel local. Em junho do ano passado, por exemplo, Souza posou para fotos ao lado de um colega da Receita Estadual também preso pelo Gaeco, José Luiz Favoreto, durante uma degustação de vinhos em um restaurante chique da cidade.

O Gaeco estima que a fortuna em nome de Souza, de paren-

tes dele e de laranjas ultrapasse R\$ 40 milhões – na lista estão, por exemplo, dois apartamentos de alto padrão em Balneário Camboriú (SC), cada um avaliado em quase R\$ 3,8 milhões. A mansão onde morava com a mulher na zona sul de Londrina foi avaliada em R\$ 5 milhões. Na garagem, tinha uma BMW modelo “básico” (R\$ 85 mil) e outros dois carros importados.

A mansão tem forma de cubo. A decoração leva a assinatura de arquitetos locais de renome. São 410 metros quadrados, com três suítes e uma piscina. Após o esquema da Receita ruir, a mansão foi bloqueada temporariamente pela Justiça. Depois de desbloqueada, foi disponibilizada para aluguel – ao valor de R\$ 8 mil mensais. Na vida de luxo de Souza, pouca coisa parecia ser fachada, como uma coleção de relógios Rolex e outras marcas caras. Segundo uma pessoa próxima ao auditor, não passavam de “réplicas”.

Em 2008, caixa dois já havia assombrado Beto Richa

Chico Marés

Não é a primeira vez que a carreira política do governador Beto Richa (PSDB) é atingida por denúncias de caixa dois. Na campanha de 2008, quando foi reeleito prefeito de Curitiba, o PSDB teria repassado R\$ 136 mil para um comitê paralelo do PRTB – conhecido como Comitê Lealdade. Na ocasião, o PRTB apoiava formalmente a candidatura de Fabio Camargo (PTB), mas dissidentes montaram um comitê para apoiar Richa. Esse dinheiro não foi contabilizado.

O caso veio à tona em

2009, quando a **Gazeta do Povo** publicou reportagem sobre um vídeo que mostra Alexandre Gardolinski, coordenador do comitê, distribuindo dinheiro entre membros do PRTB. Segundo documento entregue por um servidor que teria participado do comitê, parte do recurso (R\$ 56 mil) teria sido usado como “ajuda de custo” a 35 candidatos que desistiram de concorrer às eleições para apoiar Richa.

O Ministério Público (MP) isentou Richa de qualquer responsabilidade sobre o caso. No entendimento da instituição, ele não teria participado diretamente do esquema.

Já Luciano Ducci (PSB), que assumiu a prefeitura em 2010 e era vice na chapa de Richa, foi inocentado pela Justiça Estadual, pelo mesmo motivo. O julgamento de outros envolvidos ainda não foi concluído.

CONTINUA

16 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Esquema funcionaria há cerca de 30 anos

O esquema de corrupção na Delegacia da Receita Estadual em Londrina funcionaria há cerca de 30 anos. Na última década, teria levantado R\$ 60 milhões em propina e promovido a sonegação de R\$ 500 milhões em impostos. A informação é do advogado de defesa Eduardo Duarte Ferreira, com base no depoimento do auditor fiscal Luiz Antônio Souza, que firmou acordo de delação premiada com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público do Paraná (MP-PR).

Pelo acordo da delação premiada, que ainda é analisado pelo juiz da 3.ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, Souza terá de devolver parte do próprio patrimônio ao poder público e, em troca, deve ter a pena reduzida. O promotor Jorge Costa, do Gaeco, confirmou a existência do acordo, mas não revelou detalhes. "No momento, temos de aguardar a homologação desse acordo." Essa delação premiada, acrescentou, é "um grande avanço" para as investigações da Operação Publicano, comandada pelo Gaeco de Londrina.

Depoimentos

O acordo rendeu, até a sexta-feira passada, 28 horas de gravações, em cinco encontros de Souza com os promotores. O auditor já teria falado sobre o esquema de favorecimento à prostituição de crianças e de adolescentes e está tratando de questões relativas ao esquema de corrupção na Receita Estadual. Na próxima semana, serão realizadas novas sessões de depoimentos.

Conforme Duarte Ferreira, Souza teria relatado que os auditores fiscais procuravam empresas com dívidas com a Receita para fazer a abordagem. Ao fazer acordo com os donos dos estabelecimentos, os auditores davam multas menores do que eram devidas. Além do "abatimento" da dívida, o esquema de auditores fiscais venderia "proteção" aos empresários que pagavam propina contra novas fiscalizações. (FS)

16 MAI 2015

GAZETA DO POVO

TC nega suspensão de mudança na Paranaprevidência

Segundo o presidente do tribunal, Ivan Bonilha, competência para declarar a ilegalidade da lei é apenas do STF

| Amanda Audi

O presidente do Tribunal de Contas do Paraná (TC), Ivan Bonilha, rejeitou, nesta sexta-feira (15), o pedido de suspensão da lei que alterou o regime previdenciário dos servidores estaduais. Na avaliação de Bonilha, a nova lei só poderia ser alterada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse caso, o TC não teria competência para tomar a decisão.

A medida cautelar havia sido proposta pelo Ministério Público de Contas (MPC) em 8 de maio, e alegava que a mudança é “inconstitucional, ilegítima e ilegal” porque não preserva o equilíbrio financeiro e atuarial da previdência, conforme prevê a Constituição Federal. “O acolhimento do pedido retiraria, em abstrato, a eficácia da lei em questão, o que só seria admissível pelas vias excepcionalmente autorizadas pela Constituição, o que não é o caso presente”, diz o texto assinado por Bonilha.

O MPC afirma que lamenta a decisão e estudará as medidas cabíveis a partir de agora. “O que podemos fazer se



Bonilha ao lado de Richa: conselheiro alegou urgência na decisão.

todos os poderes estão recebendo dinheiro? Vamos chorar para o bispo? O máximo que está ao nosso alcance é comunicar às autoridades competentes”, disse o procurador Gabriel Guy Léger.

Segundo ele, o MPC irá comunicar a decisão ao Ministério da Previdência, Ministério Público Federal, Ordem dos Advogados do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional e aos senadores do Paraná.

Na petição que foi recusada, o MPC pontuava que o projeto de lei foi aprovado de forma “abrupta, sem a adequada discussão e reflexão”. “A evidente pretensão [do governo do Paraná] é se apropriar dos recursos do fundo de previdência”, dizia o texto.

Segundo o regimento interno do TC, o presidente deveria enviar a medida cautelar para o corregedor do tribunal, Durval Amaral, que então decidiria por acatar ou não o pedido. Bonilha, porém, alegou que tomou a decisão “excepcional-

mente” por causa do caráter de urgência do pedido.

Para o MPC, a urgência era devido à “irreversibilidade do dano à integridade do Fundo Previdenciário”, porque a alteração na lei causaria diminuição “imediate e iminente” dos recursos que deveriam permanecer na poupança dos servidores.

Aprovada no dia 29 de abril, na polêmica votação que provocou a “batalha” do Centro Cívico, a Lei 17.435 repassou à Paranaprevidência a responsabilidade de custear as aposentadorias de todos os servidores com mais de 73 anos. A grosso modo, isso significa que a contribuição dos atuais servidores pagará grande parte dos aposentados de hoje — e não haverá dinheiro para o futuro.

Assim, o governo deixará de gastar R\$ 125 milhões por mês, agora, mas terá um comprometimento de caixa muito maior no futuro. A solvência do fundo foi estimada em pouco mais de 30 anos.

16 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Justiça barra novas tornozeleiras no PR

Falta de assistência adequada aos presos que usam o equipamento teria motivado decisão das varas de execuções penais

Rodrigo Batista

A falta de assistência adequada aos presos que utilizam tornozeleiras eletrônicas no estado levou recentemente o Poder Judiciário a interromper novas concessões desse tipo de equipamento, que permite ao detento cumprir pena fora das celas, sendo monitorado a distância pelas autoridades. Como consequência, o número de presos em delegacias e penitenciárias do Paraná vem aumentando. O problema foi detectado depois que o Departamento de Execuções Penais (Depen) do Paraná passou das mãos da Secretaria de Justiça (Seju) para a Secretaria de Segurança (Sesp), em setembro de 2014.

Segundo o juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior, da 1.ª Vara de Execução Penal (VEP) de Curitiba, cerca de 20% dos presos que usam tornozeleiras eletrônicas acabam buscando as varas especializadas por causa de dificuldades encontradas, principalmente no atendimento telefônico, que deveria ser feito pelo Depen. Entre essas dificuldades estão a resolução de problemas técnicos referentes aos equipamentos e assistência quanto a deslocamentos que os presos precisam fazer.

“Decidimos suspender a concessão até que o Depen volte a atender o preso para que possamos dar as tornozeleiras com mais segurança”, explica Fagundes Junior. Segundo ele, o Judiciário pretende retomar a concessão nos próximos meses. Ao todo, cinco mil tornozeleiras foram contratadas pelo estado a um custo total de R\$ 14,4 milhões. A concessão é feita pela Justiça e o Executivo monitora o preso através de uma empresa contratada para isso. Inclusive, o supervisor do grupo de monitoramento eletrônico, desembargador Ruy Muggiati, deve se reunir nas próximas semanas com representantes da Sesp para discutir melhorias no atendimento e acertar a volta das concessões.

Menos espaço

Segundo o site da Transparência na Gestão Carcerária, o número de detentos nas penitenciárias tem aumentado. O déficit de vagas cresceu no estado na comparação entre abril de 2014 e abril deste ano. No ano passado, em abril, faltavam 428 vagas nos presídios. No mês passado, o número

saltou para 1.101. Já a quantidade de detentos nas delegacias caiu em um ano, de 10.087 (em abril de 2014) para 9.873 (em abril deste ano). Porém, ainda há superlotação, pois o número de vagas nas celas dos distritos policiais é de 4.279. Além disso, em geral, os presos não deveriam ficar nas delegacias. Durante o ano de 2014, inclusive, o governo do Paraná anunciou diversas vezes a retirada de todos os presos das delegacias e o fechamento das carceragens.

Na época da implantação das tornozeleiras, o equipamento era visto como forma de reduzir a superlotação nas delegacias e presídios, além de desafogar o sistema que depende da construção de novas penitenciárias.

MONITORAMENTO

O juiz Eduardo Fagundes Junior avalia que o monitoramento eletrônico foi bem-sucedido nos primeiros sete meses de implantação. Segundo ele, dos 839 presos com tornozeleiras, 50 teriam cometido algum crime novamente e regredido na pena. “O preso que recebe o equipamento já sabe que vai conseguir o alvará de soltura definitivo. O sistema pode, assim, respirar um pouco”, diz.

CONTINUA

16 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Sesp diz que ampliou serviços

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) informou que não houve redução do atendimento aos presos com o benefício das tornozeleiras. Ao contrário, houve ampliação.

Segundo o texto, o serviço "está sendo aprimorado conforme a quantidade de presos que estão sendo colocados sob monitoramento eletrônico".

Segundo a Sesp, além dos dois telefones que já existiam quando o departamento era administrado na Secretaria de Justiça, com a mudança do Depen de secretarias houve aumento no número de colaboradores e mais uma linha telefônica foi implantada para o atendimento dos monitorados.

Sobre problemas técnicos, diz a secretaria, o sistema detecta em tempo real quando ocorre esse tipo de caso e que, assim que identificados os problemas, ocorrem substituições de equipamentos pela Central de Monitoração Eletrônica e as tornozeleiras com defeitos vão para posterior reparo pela empresa contratada. Ainda de acordo com a secretaria, tratam-se de "questões pontuais e que não têm relação com a transição do Depen para a Sesp".

A secretaria também esclarece que alertas sonoros, vibratórios, luminosos e contatos telefônicos são emitidos aos apenados com equipamentos, "sendo obrigação do preso entrar em imediato contato telefônico diretamente com a equipe em caso de dúvida".

Superlotação em delegacias chega a três vezes a capacidade

Além do problema que se desenha nas penitenciárias, as delegacias da Região Metropolitana de Curitiba seguem superlotadas. Levantamento realizado pela **Gazeta do Povo** mostra que, entre os dias 4 e 7 de maio, havia 322 detentos nas delegacias de São José dos Pinhais, Colombo, Campo Largo, Araucária, Pinhais, Piraquara e Fazenda Rio Grande. Porém, se somadas as capacidades das celas de cada distrito, caberiam apenas 124 pessoas, ou seja, quase três vezes acima da capacidade.

O problema mais crônico está em São José dos Pinhais, cuja delegacia comporta 105 detentos para um espaço de 24 presos. Na última semana de abril, uma fuga foi registrada em que 18 detentos escaparam da carceragem. Da mesma forma, quatro presos fugiram da Delegacia de Colombo, que, durante o levantamento, estava com 45 presos, para um espaço destinado a 24 pessoas.

Segundo a Sesp, por semana são abertas pelo menos 100 vagas no sistema penitenciário. Entretanto, os presídios não recebem presos apenas das delegacias, mas também da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado). A secretaria ainda afirma que o sistema não recebe somente presos das delegacias da RMC, mas de todo o estado. O critério para a retirada dos presos das delegacias, segundo a Polícia Civil, é a antiguidade, ou seja, os presos que estão a mais tempo nas celas vão para as penitenciárias e casas de custódia.

16 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Brasil realizou 3,7 mil casamentos entre pessoas do mesmo sexo

O Brasil registrou 3,7 mil casamentos entre pessoas do mesmo sexo nos últimos dois anos. Na quinta-feira (14), fez dois anos a Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça, que impede os cartórios de se recusarem a converter uniões estáveis

Promotores de SP defendem a criação de um "auxílio-vítima"

Um grupo de promotores de Justiça com atuação na área criminal em São Paulo redigiu minuta de projeto de lei para criação do auxílio-vítima, ajuda financeira de até um salário mínimo e meio a famílias carentes de vítimas de crimes contra a vida,

STF libera Jefferson para regime aberto

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso atendeu ao pedido do ex-deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), condenado no mensalão, para passar do regime semiaberto para o aberto. A decisão foi divulgada nesta sexta-feira (15) e ocorreu após aval do Ministério Público. Jefferson havia sido preso em fevereiro do ano passado e cumpre pena no Rio de Janeiro.

Ele foi condenado no processo do mensalão a sete anos de prisão por lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

homoafetivas em casamento civil. O Distrito Federal registrou 245 casamentos entre pessoas do mesmo sexo nos últimos 24 meses. Na Região Norte, a média anual é de 10 casamentos. Roraima teve dois casamentos; Amazonas, sete; Rondônia, 10. A Região Sudeste lidera, com São Paulo na ponta do ranking nacional (1.945 uniões), seguido pelo Rio, com 211 casamentos, e Minas Gerais, com 209.

como o latrocínio (roubo seguido de morte). O respaldo para a proposta é o artigo 245 da Constituição. O poder público deverá oferecer uma forma de auxílio às vítimas de violência, dos crimes dolosos, sem prejuízo de indenização cabível contra o autor do crime. O texto será anunciado na segunda-feira (18) em São Paulo. O projeto será levado ao Congresso pela deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP).

Sua defesa sustentou que ele atingiu o cumprimento de um sexto da pena, necessário em lei para a progressão do regime. Para esse cálculo, considerou que o ex-parlamentar está trabalhando externamente desde outubro de 2014. "A documentação que instrui o pedido comprova o cumprimento do lapso temporal, o bom comportamento carcerário e o pagamento da pena de multa", disse o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao dar parecer favorável ao pedido.

Justiça bloqueia R\$ 282,5 mi da construtora OAS

O Ministério Público Federal (MPF) anunciou nesta sexta-feira (15) que obteve o bloqueio de R\$ 282,5 milhões em bens da empreiteira OAS e de seus diretores. A decisão judicial foi proferida em resposta a uma medida cautelar paralela à ação civil pública por improbidade ajuizada pela força-tarefa da Operação Lava Jato na Justiça Federal no Paraná.

Somando essa decisão a outras três relacionadas a outras empresas, os valores bloqueados já chegam a quase R\$ 1 bilhão. No mês passado, foi determinado o bloqueio de R\$ 153,9 milhões da Engevix e da Jackson Empreendimentos. Nesta semana, ocorreu bloqueio de bens dos grupos Galvão Engenharia (R\$ 302,5 milhões), Camargo Correa e Sanko Sider (R\$ 241,5 milhões).

Os valores bloqueados correspondem a 1% do total dos contratos firmados entre as empresas e a Petrobras no período investigado, mais multa civil de três vezes o enriquecimento indevido.

Procurada, a OAS não quis se manifestar.

16 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Extradição próxima

Caso se confirme a decisão da Corte de Cassação de Roma, Henrique Pizzolato será o último mensaleiro a ser levado ao cumprimento da pena imposta pelo STF

Espera-se para breve a palavra final da Justiça italiana para o pedido de extradição do mensaleiro Henrique Pizzolato, condenado à revelia a 12 anos de prisão. Poucos dias após o ministro italiano da Justiça ter dado parecer favorável à extradição, a defesa de Pizzolato conseguiu suspender a decisão, alegando não ter tido acesso aos documentos do processo. Os advogados argumentam ainda que a lei italiana permite que cidadãos do país — Pizzolato também tem cidadania italiana — condenados no Brasil cumpram a pena na Itália.

Henrique Pizzolato falsificou passaportes e identidades para se esconder na Itália antes mesmo de o Supremo Tribunal Federal (STF) concluir o julgamento da Ação Penal 470, que mandou prender 25 dos 35 réus envolvidos no mensalão — esquema que, depois da descoberta do petro-lão, passou a ostentar a medalha de prata no pó-dio da corrupção brasileira.

Descoberto há dois anos no refúgio italiano, Pizzolato foi levado à Justiça de Bolonha. Primeiramente para responder pelo crime de falsidade ideológica, já que se serviu de meios e identidades ilegais para entrar à sorrelfa no país. Condenado, mofou por algum tempo no presídio local enquanto o Brasil movia os meios jurídicos necessários para obter sua extradição e cumprimento da pena em Brasília.

Dois elementos se destacam na saga de Pizzolato. O primeiro deles é o fato de se tratar do único dos mensaleiros a recorrer à fuga. Caso se confirme a decisão da Corte de Cassação de Roma, que já acatou a extradição de Pizzolato, ele será também o último a ser levado ao cumprimento da pena imposta pelo STF. O segundo elemento de destaque — e talvez ainda mais importante que o primeiro — é verificar o respeito do Judiciário e do governo italianos quando se trata de cumprir tratados internacionais de extradição e de não deixar impunes os criminosos, ainda que estes detenham privilégios do *jus sanguinis* derivado da ascendência.

Comportamento distante deste entendimento teve o Brasil quando a Itália pediu a extradição de seu cidadão Cesare Battisti — condenado por crimes reconhecidos como comuns de homicídio em seu país, apesar de tê-los cometidos em nome de militância política em grupos terroristas da esquerda italiana nos anos 70. Em vez de simplesmente atender ao pedido de extradição, como seria normal e consentâneo com o tratado que assinara, o Brasil se recusou a embarcá-lo de volta. Preferiu, sob o governo Lula e sob os auspícios do então ministro da Justiça Tarso Genro, conceder-lhe a condição de refugiado político — o que isentaria o país de obedecer ao princípio da reciprocidade previsto no tratado de extradição.

No Brasil, Pizzolato pagará pelo crime de ter liberado R\$ 75 milhões do Banco do Brasil — instituição da qual era diretor — para uma conta da agência de publicidade de Marcos Valério, principal operador das traquinagens financeiras montadas pelo PT no governo Lula e que hoje cumpre pena de 45 anos em Minas Gerais. Em troca da “facilidade” na liberação da verba, o ex-diretor teria se beneficiado de propina pessoal calculada em cerca de R\$ 350 mil.

Pizzolato é um dos inúmeros casos de ascensão de petistas pela via do aparelhamento do governo. De simples escriturário do BB no interior do Paraná, virou líder sindical, presidente do PT estadual e até disputou uma eleição ao governo do estado. Os bons serviços prestados às causas petistas levaram-no a uma das diretorias nacionais do banco oficial — cargo que zelosamente utilizou para continuar prestando os mesmos serviços, ainda que agora à custa de recursos públicos.

Provavelmente, se arrependimento matasse, Pizzolato já estaria enterrado. Não só não teria fugido do país como, possivelmente, já estivesse livre de cumprir pena na Penitenciária da Papuda, como já ocorreu com vários de seus colegas de mensalão, de calibre até maior — casos, para citar exemplos, de José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares. Todos soltos.

17 MAI 2015

GAZETA DO POVO

» FINANÇAS PÚBLICAS

Governo saca R\$ 500 mi da previdência

Ao contrário do que havia anunciado, estado tirou de uma única vez toda a verba a que tinha direito após aprovação da lei da Parana previdência

*Amanda Audi, Chico Marés e
Rogerio Waldrigues Galindo*

▮ Ao contrário do que havia sido anunciado, o governo estadual sacou de uma vez, na semana que passou, aproximadamente R\$ 500 milhões do caixa do Fundo Previdenciário da Parana previdência. O acordo foi firmado em conjunto com a Assembleia, Ministério Público, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça, que também receberam valores de “ressarcimento” pelo que “pagaram a mais” com aposentados de mais de 73 anos entre janeiro e abril deste ano.

Os recursos se referem ao que foi gasto com 33,5 mil servidores inativos, cujos pagamentos passaram do Tesouro estadual para o caixa da previdência após 30 de abril, com a promulgação da Lei 17.435, que promoveu mudanças na Parana previdência. A lei é retroativa a janeiro deste ano.

Em entrevista logo depois da aprovação do projeto — que causou a “batalha” do Centro Cívico, com mais de 200 feridos — o secretário da Fazenda,

Mauro Ricardo Costa, anunciou que o governo não iria sacar o valor retroativo, mas sim fazer repasses menores ao fundo nos meses seguintes. “Não vamos tomar o dinheiro deles, vamos repassar menos”, disse.

Agora, o secretário diz que voltou atrás para garantir a “contabilização correta” das folhas de pagamento, e para não estourar as despesas com pessoal (leia mais ao lado). Segundo Costa, o governo obteve o ressarcimento de R\$ 483 milhões. Não foi informado o montante repassado aos outros poderes, mas ele estima que seriam R\$ 500 milhões.

Segundo o idealizador da Parana previdência, Renato Follador, a medida teria objetivo de abastecer o caixa do governo com urgência. Para ele, como a verba será usada para pagar inativos de responsabilidade do Tesouro, o caixa estadual ficará liberado para outras despesas.

“É como tirar do Fundo de Previdência para pagar despesa corrente. Eles estavam com déficit grande, então esse anúncio de que o governo vai pagar dívidas com pequenos fornecedores [feito na semana passada] é em razão disso [dinheiro da previdência]”, diz Follador. “A função do Mauro Ricardo é fazer caixa, e o único lugar que tem dinheiro no Paraná hoje é a previdência”.

Para os servidores, o maior impacto da medida, segundo

especialistas, é diminuir ainda mais o prazo de esgotamento (solvência) do fundo, pois o saque afeta a previsão de rendimentos.

“Quando o orçamento está fechado, não pode ter uma migração abrupta de recursos. Tem que ter projeção ano a ano para ir tirando o dinheiro. No longo prazo, vejo prejuízo, porque afeta a projeção atuarial”, afirma Melissa Folmann, presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-PR. “É óbvio, se você tira R\$ 500 milhões, você começou o processo de reduzir a solvência. Mas não tem estrago novo, o estrago maior foi a aprovação da lei”, afirma Follador.

3 SOLUÇÕES

Para o consultor previdenciário Renato Follador, o governo tem apenas três opções para consertar o rombo que afetará a aposentadoria dos servidores nas próximas décadas: aumentar a contribuição, diminuir os benefícios, ou os dois. “No fim, o risco real é a aposentadoria das futuras gerações ser uma miséria. O grande trunfo da aposentadoria integral vai acabar”, afirma.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MAURO RICARDO COSTA

17 MAI 2015

Saque é apenas questão contábil, diz secretário **ENTREVISTA**

Mauro Ricardo Costa, secretário estadual da Fazenda.

O sr. disse que não iria retirar o dinheiro da previdência, mas repassar menos nos próximos meses. O que houve?

Houve uma decisão de reprocessamento da folha de pagamento de janeiro a abril, para que se pudesse fazer a contabilização correta dos reais dispêndios, tanto do Paraná como da Paranáprevidência.

Especialistas dizem que tirar tanto dinheiro de uma vez de um fundo pode ser prejudicial. Como contornar isso?

Esse dinheiro foi repassado a mais pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e retornaram aos tesouros de tal maneira que a contabilidade de todos fique registrada corretamente.

Então é só uma questão contábil?

É.

Qual o valor total?

Aqui do estado, R\$ 483 milhões. Dos outros poderes só perguntando para a Paranáprevidência, mas deve ser em torno de R\$ 500 milhões.

Esse dinheiro já saiu da Paranáprevidência?

É, foi para o caixa do estado e dos poderes.

A verba será usada para...?

Para pagar inativos e pensionistas. Em dois, três meses, ela se esgotará.

Qual seria o problema com a contabilidade "errada"?

Porque haveria uma despesa com pessoal acima do que de fato foi. E isso interfere em todas as contas do estado. Porque tem um limite com o gasto com pessoal, de 49% [da receita].

Foi calculado o impacto na solvência do fundo?

Esse fundo é eterno. O estado pode quebrar, mas esse fundo jamais quebrará.

Ouvimos que o estado está precisando do dinheiro urgentemente, e por isso fez a mudança.

O que estou lhe dizendo é a verdade. (AA)

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Apressado, Richa já sacou R\$ 483 mi da previdência

17 MAI 2015

Como previsto, o mingau ainda não tinha esfriado quando os R\$ 8,5 bilhões da Paranaprevidência começaram a ser comidos pelas beiradas: na quarta-feira passada (13), o governo sacou dos cofres da instituição nada menos de R\$ 483 milhões — dinheiro que não é dele, mas dos servidores que contribuíram com descontos em seus salários.

Esses recursos referem-se aos “direitos” retroativos a janeiro passado previstos no projeto que alterou o sistema previdenciário estadual, aprovado no mesmo instante em que estouravam bombas sobre a cabeça dos professores que protestavam no Centro Cívico, no fatídico 29 de abril. A partir de agora, todos os meses, R\$ 142,5 milhões da Paranaprevidência tomarão o mesmo destino.

Secretamente, os chefes dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) assinaram com a Paranaprevidência o Termo Conjunto 01/2015 pelo qual R\$ 234 milhões foram repassados ao Tesouro estadual e o restante dividido entre os dois outros entes. Também tiraram suas casquinhas o Ministério Público e o Tribunal de Contas — a este último coube R\$ 8 milhões.

O acordo — não publicado no Diário Oficial ou nos sites oficiais — contém as assinaturas do governador Beto Richa, do presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano, do presidente do TJ, desembargador Paulo Vasconcelos, além das do procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, e do presidente do TC-PR, conselheiro Ivan Bonilha. Isto é, há unanimidade quando se trata de abastecer os respectivos cofres.

Segundo revelam fontes da coluna, o acordo prevê que “obrigatoriamente” os recursos terão de ser aplicados no pagamento de benefícios previdenciários dos servidores de cada instituição. A pergunta é: quando e quem poderá fazer o rastreamento das destinações? Mistério.

Deu-se então o que de mais perigoso o criador da Paranaprevidência, Renato Follador, já previa: abriu-se um precedente a partir do qual qualquer governador de plantão poderá avançar quando bem entender na poupança previdenciária do funcionalismo. Governos de outros estados quebrados serão tentados a fazer o mesmo. “É o descrédito total”, lamenta Follador.

Definido pelo governador Beto Richa como o “melhor sistema do país”, a previdência estadual tinha em caixa até quarta-feira R\$ 8,5 bilhões; agora tem R\$ 483 milhões a menos, em parte sacados para pagar velhas dívidas penduradas na Secretaria da Fazenda. Saíram de aplicações financeiras que rendiam bons trocados para alimentar o Fundo Previdenciário. Duplo prejuízo, portanto.

O presidente do Tribunal de Contas, Ivan Bonilha, indeferiu (óbvio!) a cautelar que o Ministério Público de Contas moveu para contestar a legalidade da nova lei. Espera-se que a OAB ou outras instituições com prerrogativa ingressem no STF com uma ação de inconstitucionalidade.

17 MAI 2015

GAZETA DO POVO

O futuro político de Beto Richa em jogo

Se comprovado que se beneficiou de dinheiro irregular na campanha, tucano sofrerá sanções nas áreas civil e criminal, dizem especialistas

| Katna Baran

A suspeita de que a campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB) tenha recebido R\$ 2 milhões de dinheiro obtido ilícitamente pode comprometer o tucano nas áreas penal e eleitoral.

Segundo afirmou o auditor Luiz Antônio de Souza em delação premiada, os recursos provinham da propina recebida por auditores da Receita Estadual, e os desvios para a campanha eram ordenados pelo então inspetor-geral de fiscalização da Receita, Márcio Albuquerque de Lima.

Conforme explica o advogado e professor de Direito Penal Econômico na Escola de Direito da Fundação Getú-

lio Vargas Celso Vilardi, o início de qualquer investigação nesse sentido vai depender da comprovação do que foi dito por Souza dentro do acordo de colaboração. “A delação, por si, não é válida, e não pode ser encarada como prova, por isso um inquérito deve ser instaurado para comprovar a veracidade das informações”, diz. A partir da identificação dos crimes, devem ser identificados seus autores e cúmplices.

Caso seja comprovado que o governador agiu de forma ilícita — seja ativamente ou com omissão —, ao mesmo tempo em que pode haver uma representação penal, pode incorrer sobre ele um pedido de enquadramento na lei de inelegibilidade ou ainda na lei da Ficha Limpa. Uma condenação nesse sentido poderia torná-lo inelegível pelo mesmo período da pena estipulada no julgamento dos crimes, acrescido de no máximo oito anos. “Tudo depende da forma de caracterização dos crimes”, observa o advogado e professor especialista em Direito Eleitoral Everson Tobaruela.

Ele aponta ainda ser mui-

to difícil que incorram consequências sobre o processo eleitoral do ano passado. “Teria que haver uma medição de como o valor incluído ilícitamente na campanha interferiu no resultado das eleições, o que é praticamente impossível”, avalia. Como o processo eleitoral também já foi finalizado, também não há possibilidade de abertura de ações nesse sentido. Todos os prazos já foram esgotados, inclusive sobre a propositura de ações sobre caixa dois”, explica o advogado especialista em Direito Eleitoral Eduardo Nobre.

A partir da obtenção de provas de que o governador teria se envolvido em algum crime comum ou de responsabilidade, como improbidade administrativa, é possível, ainda, que ocorra um pedido de abertura de impeachment a ser julgado pelo Legislativo. Há teorias que defendem que não é preciso que esses crimes tenham ocorrido durante o mandato em curso — no caso de Richa, a suspeita é de desvios durante a primeira gestão. “Essa decisão é totalmente política”, observa Tobaruela.

17 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Greve geral não é a solução

Insistir num movimento que sempre causa prejuízo não desprezível à sociedade não faz o menor sentido quando o resultado pretendido é impossível ou gravemente injusto

A deflagração de uma greve geral dos servidores públicos estaduais, a partir da próxima terça-feira, está praticamente decidida. Professores e outras categorias de funcionários rechaçaram a atitude do governo do estado, que encerrou as negociações na quinta-feira, com a oferta — que declara não poder melhorar —, de um reajuste salarial de 5%.

É compreensível que a expectativa de grande parte dos profissionais seja a de alcançar pelo menos a reposição do índice de inflação, que foi de 8,17% nos últimos 12 meses. É compreensível também que, para muitos, a greve soe como um mecanismo absolutamente legítimo diante dessa expectativa, e em face de um governo que, a seus olhos, não soube tratar com respeito parte de seus quadros, quando permitiu contra eles uma atuação policial de violência inaudita. É compreensível, inclusive, que a franca maioria dos paranaenses venha a apoiar essa posição.

E, no entanto, há um dado que não pode ser desconsiderado e que muda substancialmente essa lógica. A crise financeira pela qual passa o Paraná inviabiliza a concessão de um aumento salarial maior. É muito provável, inclusive, que a própria proposta de 5% exceda o valor que, em sã consciência, um governante sério e competente que assumisse o governo neste momento poderia conceder sem comprometer o futuro de todos os paranaenses. Tudo indica que a oferta final de 5% tenha sido resultado de um cálculo político, feito por um governo debilitado, com baixo capital de credibilidade, que, mesmo pon-do em risco seus projetos, considerou inviável oferecer menos do que o governo federal, do qual é adversário, fechou para o funcionalismo federal.

A inviabilidade prática do aumento independe neste momento de considerações acerca de qual a natureza da culpa e sua origem. É um fato. O limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal é, neste contexto, um elemento decisivo, por mais dolorido que seja. Um fato diante do qual se requer maturidade de todos os interessados. Insistir num movimento que sempre causa prejuízo não desprezível à sociedade não faz o menor sentido quando o resultado pretendido é impossível ou gravemente injusto, por gerar, por exemplo, a insolvência do Estado ou a paralisação prática de suas atividades-fim.

Se há dúvidas quanto a esta realidade — e pode-se compreender que essas dúvidas surjam, diante da imensa dificuldade que o governo tem tido para demonstrar de maneira didática, clara e insofismável qual a extensão da crise —, a solução seria não a greve, mas um pedido contundente e claro de explicações, com a disposição sincera de compreender e aceitar a realidade.

Nada impede que se busque, na sequência, uma responsabilização política dos responsáveis pela crise. A situação atual das finanças estaduais foi construída ao longo de vários anos e de vários governos. Parte da responsabilidade pelos problemas de caixa se deve, sem sombra de dúvida, a concessões de benefícios ao funcionalismo durante os últimos anos sem a devida avaliação sobre o impacto que isso teria nas contas do estado. Parte se deve também ao desperpício — que não é exclusividade do Paraná — dos quadros políticos especializados em finanças públicas e à conjuntura econômica. Desde o início do ano, pelo menos 12 dos 27 governadores precisaram lidar com desequilíbrios orçamentários ocorridos em 2014 e planejar medidas de ajuste fiscal, com a necessidade de articular junto aos respectivos legislativos a aprovação de projetos que soam impopulares aos ouvidos dos cidadãos.

Voltamos a afirmar. O momento requer sobretudo maturidade. Maturidade dos dirigentes sindicais, que não podem continuar com uma greve que pode comprometer o futuro econômico do estado. E maturidade do governo, que pode e precisa vir a público com mais competência, transparência e empatia, além de coragem, para dar as razões dos sacrifícios que precisa exigir de seus quadros e da população.

DESSA

Pedágio ilegal 1

O advogado Rodrigo da Rocha Rosa, representando os "cegonheiros" do Paraná, está lutando judicialmente há anos para acabar com a cobrança de uma espécie de pedágio por parte do sindicato da categoria de São Bernardo do Campo, de São Paulo. De acordo com a ação movida pelo Sintravec, o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Veículos e Containers do Paraná, o sindicato paulista exige pagamento de "taxas de operação" para que os paranaenses possam trabalhar.

Pedágio ilegal 2

Em ação já transitada em julgado, o Tribunal de Justiça do Paraná acatou os argumentos do Sintravec e decidiu pela extinção da cobrança em 2008. Mas, de acordo com o advogado, a decisão jamais foi respeitada. Há indícios de que o sindicato paulista teria fraudado documentos em uma ação rescisória posterior, que, segundo Rocha Rosa, não tem qualquer fundamento ou respaldo legal.

000

O Ministério do Trabalho, inclusive, expediu ofício ao TJ para demonstrar a falsidade dos documentos e informações trazidas ao processo.

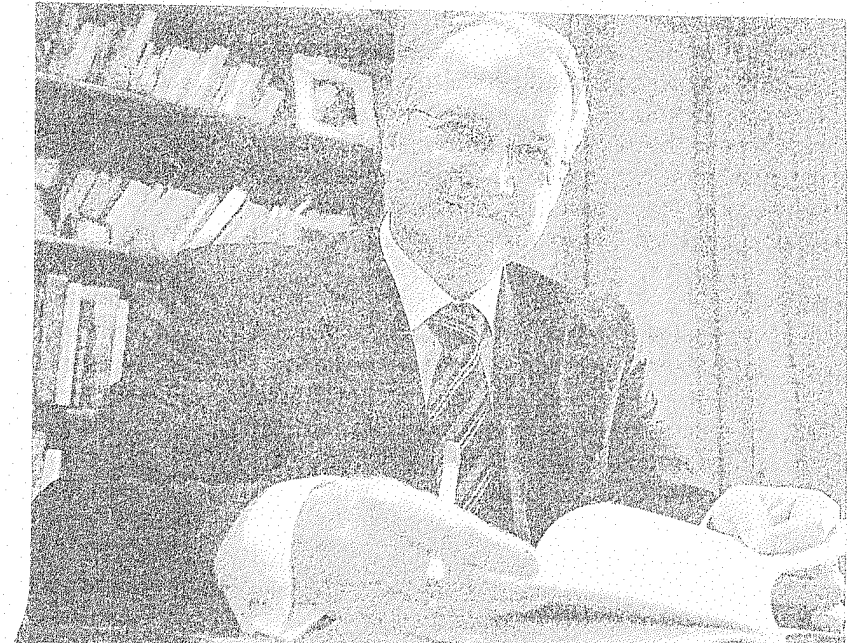
Pedágio ilegal 3

Com o processo parado, apesar das inúmeras tentativas legais do advogado, além de os cegonheiros daqui ficarem impedidos de atuar livremente, não há a correlata arrecadação do ICMS pela compra de caminhões novos, nem recolhimento de IPVA dos veículos emplacados no Paraná, pois esses impostos vão para São Paulo, explica Rodrigo da Rocha Rosa.

17 MAI 2015

GAZETA DO POVO

FRASE



"Considero-me alinhado com as pessoas que querem o progresso do país. Sou progressista."

GASPARI

Mobilidade

O juiz Sergio Moro foi a São Paulo e andou de táxi. Parece pouco, mas para quem vê carros oficiais de maganos de Brasília estacionados na porta de restaurantes é uma enormidade.

17 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Pizzolato pode ser solto ao se beneficiar de brecha legal

Henrique Pizzolato, ex-diretor de marketing do Banco do Brasil condenado no processo do mensalão, pode ser solto na Itália antes mesmo da decisão de uma eventual extradição ao Brasil. No final de abril, o governo italiano havia dado o sinal verde para a extradição do brasileiro, mas, na semana passada, o Tribunal Administrativo de Roma acatou um recurso de Pizzolato e marcou uma audiência para o dia 3 de junho para julgar a liminar dos advogados do brasileiro. O problema é que, no próprio decreto do tribunal, os juízes apontam que a data final para que o Brasil organizasse a extradição seria 31 de maio. Como a audiência ficou marcada apenas para o dia 3, tanto o Ministério da Justiça da Itália como autoridades brasileiras confirmam que Pizzolato poderia ser solto no dia 31 de maio, aguardando em liberdade a audiência. Hoje, ele está preso em Módena.

DPU suspende concurso que tinha vagas no Paraná

A Defensoria Pública da União (DPU) informou que suspendeu o concurso para o provimento de cargos para a área administrativa. O edital foi lançado em abril e previa a contratação de 143 profissionais em vários estados, além da formação de cadastro de reserva. Do total de vagas, nove eram destinadas ao Paraná, nas cidades de Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu e Umuarama. Segundo a DPU, a medida foi tomada porque os cargos vagos na instituição foram removidos do sistema que faz o gerenciamento do quadro de pessoal do governo federal. Essas vagas haviam sido distribuídas para a DPU pelo Ministério do Planejamento em portarias de 2009, 2010 e 2011. Embora o órgão não faça menção ao ajuste fiscal em andamento, é possível que o corte tenha relação com a contenção despesas que está sendo feita pelo governo federal. Em nota, a instituição diz que "envidará todos os esforços necessários ao restabelecimento do certame".

18 MAI 2015

GAZETA DO POVO

» TRIBUNAL DE CONTAS

TJ decide hoje futuro de Maurício Requião

Órgão especial do Tribunal de Justiça irá avaliar se o irmão do senador Roberto Requião deve retomar uma cadeira no Tribunal de Contas

| Katna Baran e Euclides Lucas Garcia

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) decide nesta segunda-feira (18) o destino do ex-secretário de estado Maurício Requião, eleito para uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do estado (TC-PR) em 2008, mas que está afastado do cargo desde março de 2009. O julgamento pode mudar a composição do TC se os desembargadores determinarem que Maurício deve assumir uma cadeira no órgão.

Na pauta de julgamento do TJ está um mandado de segurança impetrado pelo irmão do senador Roberto Requião. A ação, sob a relatoria do desembargador Antonio Loyola Vieira, é uma das várias a respeito do caso que correm na Justiça. Há um ano, o Ministério Público (MP) foi chamado a opinar no processo e considerou que ele tem direito a reassumir o

cargo, mas que o atual ocupante da cadeira, Ivan Bonilha, também não deve deixar o TC.

Conforme aconselhamento do MP, Maurício só deve assumir a próxima vaga a ser escolhida pela Assembleia Legislativa, em outubro de 2017. Se o Órgão Especial seguir esse entendimento, até lá, ele pode se tornar um conselheiro virtual e, até mesmo, receber salário sem trabalhar. Na ocasião da apresentação do parecer do MP, a defesa de Requião considerou que não há suporte jurídico para que ambos ocupem o cargo.

O MP considera que o STF já equipara o cargo de conselheiro ao de magistrado, sendo, portanto, vitalício. Assim, não haveria como retirá-lo do cargo sem sentença transitada em julgado. O parecer diz ainda que o próprio TJ já desconsiderou vícios na eleição de Maurício.

Ao tratar da situação de Bonilha, atual presidente do TC, o MP aponta que, como ele concorreu de boa-fé à vaga e está no cargo de conselheiro há mais de dois anos, é preciso mantê-lo na cadeira do órgão. Na ocasião, a defesa de Requião rebateu dizendo que a abertura do processo para preencher a vaga de conselheiro foi inválida.

Imbróglio

A disputa pela vaga no TC

passa por um imbróglio jurídico desde a escolha de Requião como conselheiro pela Assembleia Legislativa, em 2008 (veja mais ao lado). Ele acabou afastado do cargo por força de uma liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou ilegal a nomeação porque o processo eleitoral foi iniciado antes da aposentadoria efetiva do ex-conselheiro Henrique Naigeboren.

Além disso, Lewandowski entendeu que a indicação para o TC caracterizaria nepotismo, já que Maurício é irmão do senador, Roberto Requião (PMDB), que na época ocupava o cargo de governador. Por fim, pesou também o fato de a votação na Assembleia ter sido aberta, ao contrário do que ocorre no Congresso. Desde então, Maurício tenta, na Justiça, reassumir o posto.

Sem decisão final, em maio de 2011, o governador Beto Richa (PSDB) e o então presidente do Legislativo estadual, Valdir Rossoni (PSDB), anularam os atos que oficializaram a eleição e a posse de Maurício Requião. Com a cadeira considerada vaga, os deputados realizaram uma nova eleição e escolheram Ivan Bonilha, então procurador-geral do Estado.

A reportagem procurou a defesa de Maurício Requião, mas não obteve retorno.

CONTINUA

18 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ENTENDA O CASO

Saiba passo a passo como se deu o imbróglio envolvendo Maurício Requião no TC:

2008

Em julho, a Assembleia Legislativa do Paraná elegeu Maurício Requião, irmão do então governador Roberto Requião (PMDB), para ocupar uma vaga de conselheiro no Tribunal de Contas do estado (TC). A escolha, porém, virou alvo de uma batalha jurídica – entre julho e outubro daquele ano, diversos entendimentos judiciais conduziram e reconduziram Maurício ao cargo. Ele estaria impedido de participar de qualquer julgamento, já que a legislação proíbe que conselheiros julguem contas de municípios em que parentes próximos tenham recebido mais de 1% dos votos – caso do irmão dele. Em outubro, uma das ações seguiu para o Supremo Tribunal Federal (STF) e o ministro Ricardo Lewandowski decidiu manter a nomeação de Requião. Ele passou, então, a atuar no Tribunal de Contas.

2009

Em março, Lewandowski reviu sua primeira decisão e foi acompanhado pela maioria dos magistrados do STF. Notificado do despacho, Maurício deixou o cargo, mas recorreu da decisão. O ministro, no entanto, negou e arquivou o recurso. Enquanto isso, em outra ação que tramitava na 4ª Vara de Curitiba, o juiz também manteve Requião fora do TC.

2010

Em fevereiro, o ministro do STF Gilmar Mendes rejeitou um pedido de liminar para o retorno de Maurício ao cargo de conselheiro. A decisão final ficou, então, a cargo do julgamento do mérito do caso pelo colegiado de 11 ministros. Em julho, na apreciação de outra ação, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) aceitou o pedido para Maurício retornar ao cargo, mas, como a decisão contrária do STF prevalece, ele se manteve fora da função.

2011

Em maio, o então presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), assinou um ato para invalidar a eleição de Maurício Requião para o TC. Com a decisão, a cadeira foi considerada vaga e Rossoni abriu uma nova indicação para substituir o conselheiro. Dois meses depois, em um processo conturbado, houve uma nova eleição, na qual foi eleito o então procurador-geral do estado, Ivan Bonilha. O novo pleito também passou a ser questionado na Justiça, mas o ministro Lewandowski manteve a decisão contrária a Maurício.

2015

Passados vários anos do imbróglio, as diversas ações de primeiro grau ainda aguardam julgamento de mérito. Além disso, há um entendimento de que, como a nomeação de Maurício foi revogada, o assunto no STF teria perdido o objeto. Agora, após um longo trâmite no TJ, uma ação de segundo grau impetrada por Maurício Requião – e que passou por nove relatores –, acaba de ser incluída na pauta do Órgão Especial da Corte, para julgamento nesta segunda-feira (18). O relator é o Desembargador Antonio Loyola Vieira.

CONTINUA

18 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Novela Fábio Camargo está longe do fim

O destino da vaga do conselheiro afastado do Tribunal de Contas (TC), Fábio Camargo, também está indefinido por conta de um imbróglio judicial. O processo que trata da ocorrência de possíveis irregularidades na escolha de Camargo pela Assembleia Legislativa está concluso ao relator, ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), desde setembro do ano passado, mas ainda não há uma decisão final.

Fábio Camargo foi eleito para a vaga no TC em julho de 2013, em eleição que teve 40 candidatos. Um dos derrotados — o empresário Max Schrappe —, porém, ingressou com um

mandado de segurança no Tribunal de Justiça (TJ-PR), pedindo a anulação da votação. Ele argumenta que o processo não ocorreu em condições de igualdade e que Camargo não enviou a documentação exigida para disputar a eleição.

Outro questionamento foi em relação à votação de Camargo. Schrappe aponta que, como os 54 deputados estaduais estavam presentes à sessão, o vencedor deveria obter pelo menos 28 votos para ser eleito no primeiro turno. Camargo teve 27 votos contra 22 do seu principal adversário, o também deputado Plauto Miró (DEM). Os dois, por serem candidatos, decidiram não votar. Seus votos fo-

ram considerados brancos.

Em setembro daquele ano, a desembargadora Regina Afonso Portes decidiu liminarmente pelo afastamento de Camargo. A decisão foi confirmada pelo Órgão Especial do TJ. Em seguida, Camargo ajuizou reclamação no STF, na qual o Ministro Gilmar Mendes suspendeu liminarmente a decisão do TJ e reconduziu o ex-parlamentar ao cargo. Logo depois, porém, Mendes voltou atrás e reverteu a medida.

Em novembro, o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, negou o pedido de Camargo de retomar o cargo. Apesar disso, manteve a decisão de não substituí-lo nas funções enquanto o processo está em curso. Desde o afastamento, Ivens Linhares, auditor que recentemente foi eleito conselheiro, e o auditor Sérgio Valadares da Fonseca representam Camargo nas sessões. (KB)

18 MAI 2015

GAZETA DO POVO

ANDRÉ GONÇALVES

Maria Tereza no CNJ

Ex-secretária de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes faz campanha aberta no Senado por uma vaga no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela é candidata à vaga que cabe ao Ministério Público Estadual e depende inicialmente da indicação do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. Depois disso, precisa da aprovação do Senado.

Pró-Fachin

Maria Tereza também tem trabalhado no Senado pela indicação do paranaense Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal. Figura de destaque no primeiro mandato de Beto Richa, ela acompanhou o governador em visita aos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), na última terça-feira (12).

18 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Roubo de carro em vaga do EstaR pode ser indenizado

Proposta que tramita na Câmara de Curitiba pretende regulamentar uma espécie de seguro para quem usar o sistema de estacionamento da prefeitura

Raphael Marchiori

Um projeto de lei que tramita na Câmara dos Vereadores de Curitiba pretende regulamentar o pagamento de indenização para pessoas que têm o carro furtado ou danificado em vagas EstaR. Antes mesmo da regulamentação, porém, já há ações na Justiça em que os proprietários pedem ressarcimento ao poder público. Mas o poder judiciário tem indeferido os pedidos.

A reportagem da **Gazeta do Povo** encontrou três ações: uma em Curitiba, outra em Porto Alegre e uma terceira em Mauá, na Grande São Paulo. Todas elas tiveram desfecho negativo para os apelantes. No caso da capital paranaense, o advogado Ronaldo Chilanti viu o carro do primo — uma VW Saveiro 1990 — ser furtado na Doutor Faivre, no centro. O veículo havia sido estacionado por ele em frente à Faculdade de Educação Superior do Paraná.

“Eu havia pegado emprestado esse carro porque precisava retirar uns materiais no centro. Apesar de velhinho, era o xodó do meu primo. Estou pagando com prestação de serviços até hoje”, diz Chilanti. O veículo, avaliado naquela época em R\$ 7,2 mil, foi furtado em março de 2013. Um mês depois, o advogado pediu na Justiça ressarcimento da prefeitura e Urbs, alegando que ao pagar o EstaR ele estabeleceu um contrato de concessão e que o papel de ambos era o de vigiar, fiscalizar e guardar o sistema de trânsito.

Mas Chilanti não teve sucesso no pleito. No entendimento do desembargador Ruy Cunha Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), a Setran visa apenas limitar o uso do espaço público ao vender talões de EstaR e não o lucro. Sobre o tema, in-

clusive, a Urbs se posicionou no processo. “Se a cobrança visasse o lucro o valor cobrado pela Setran pela hora não seria a módica quantia por hora de R\$ 1,50”, diz trecho da defesa da empresa. Hoje, o custo da hora em vagas EstaR é R\$ 2. Em 2014, a prefeitura arrecadou mais de R\$ 15 milhões com a venda de cartões (veja no gráfico).

Apesar de ressaltar o dever constitucional de promover segurança pública, Cunha Sobrinho defende que é “materialmente impossível ter um policiamento ou fiscalização ostensivas e preventivas em todas as situações e lugares da cidade”. Entendimento semelhante teve Osild de Lima Júnior, da 11.ª Câmara de Direito Público do TJ-SP.

CONTINUA

POLÊMICO

O pedido por indenização após furto em vagas EstaR é polêmico. Em uma ação de 2005 instaurada em Mauá, o relator havia decidido em favor do proprietário do veículo. À época, disse Roberto Carvalho Fraga, “se o objetivo da ‘área azul’ (assim é conhecida a área EstaR em São Paulo) fosse disciplinar o uso do bem comum, não haveria razão para o cidadão pagar para uso; bastaria que ele retirasse o ticket para permissão de estacionamento e, caso não cumprisse as regras determinadas, sofreria alguma sanção”. O voto do relator acabou sendo vencido pela maioria. O projeto do vereador Mestre Pop está sendo analisado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara.

18 MAI 2015

GAZETA DO POVO

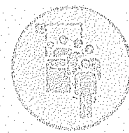
CONTINUAÇÃO

TALÃO MILIONÁRIO

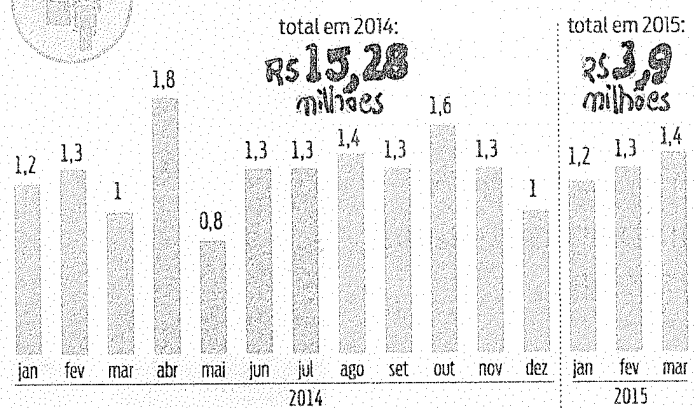
Na contramão da argumentação de juízes de que venda do EstaR não gera lucro, prefeitura arrecada, em média, mais de R\$ 1 milhão por mês com comercialização dos cartões. Há ainda os valores arrecadados com as multas geradas por quem estaciona nas vagas sem cartão ou deixa vencer a hora limite.

CONTINUAÇÃO

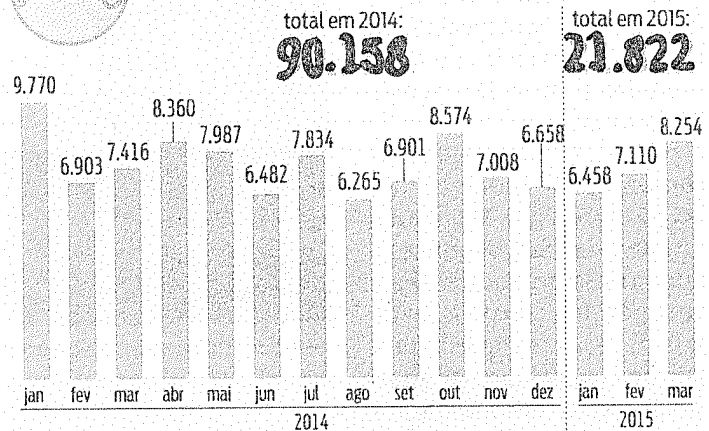
Em 2013, em ação movida na Grande São Paulo, o desembargador Lima Júnior afirmou que “a cobrança de contraprestação para o uso do bem público não caracteriza um contrato de depósito nem gera o dever de vigilância e fiscalização”. Esses entendimentos, na opinião de Chilanti, vão contra o interesse público. “Pressupõe-se que, se o município cobra, ele precisa prestar um serviço. Mas entrei com a ação já com o pé atrás porque sei que isso oneraria demais o poder público e dificilmente eu conseguiria”.



Vendas de talões EstaR em R\$ milhões



Autos de infração emitidos para quem não regularizou o aviso de estacionamento irregular



Fonte: Setran. Infografia: Gazeta do Povo.

18 MAI 2015

GAZETA DO POVO

SUPREMO

Ex-ministro Edison Lobão é investigado por lavagem de dinheiro

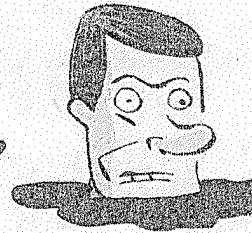
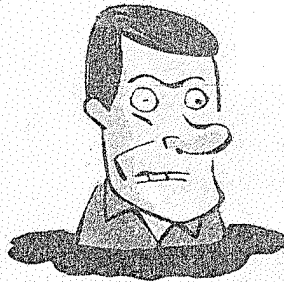
■ O senador Edison Lobão (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia, é alvo de investigação do Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeita de lavagem de dinheiro e ocultação de bens. O processo teve início na Justiça Federal de São Paulo, mas foi encaminhado ao Supremo em fevereiro deste ano, uma vez que o ex-ministro tem foro privilegiado. Lobão é suspeito, de acordo com *O Estado de S. Paulo*, que revelou o caso, de ser sócio oculto da holding Diamond Mountain, grupo sediado nas Ilhas Cayman, responsável por captar recursos de fundos de pensão, empresas que recebem dinheiro de bancos públicos, como o BNDES, e de fornecedores da Petrobras. A defesa de Lobão nega que o ex-ministro tenha qualquer relação com a empresa. Informou também que não foi notificada e nem teve acesso aos autos.

18 MAI 2015

GAZETA DO POVO

BENETT

BETO



BENETT
DEPOIS DO MILLOR

16 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Governo planeja adiar reajuste do Judiciário

Comprometido com o ajuste fiscal, Planalto quer mudar proposta de aumento da categoria, que poderia causar impacto de R\$ 1,5 bi em contas

Ricardo Brito

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

O Palácio do Planalto pretende adiar para 2016 o reajuste do Judiciário previsto para este ano. Preocupado em cumprir a meta do ajuste fiscal, o governo quer mudar uma proposta de concessão de aumento para a categoria que, após passar sem alarde pela Câmara, está sob análise no Senado e poderia causar um impacto nas contas públicas de cerca de R\$ 1,5 bilhão, se for aprovada ainda este ano.

A saída em estudo é aprovar o projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, na sequência, um requerimento para que a proposta, por ter impacto orçamentário, também tramite na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS). Nesta comissão seria aprovada uma proposta que, ao menos, adie para 2016 a entrada em vigor do aumento escalonado do Judiciário em três anos. Isso porque já não é mais possível alterar o texto na CCJ.

Articulador da saída, Delcídio Amaral já sondou o senador Walter Pinheiro (PT-BA) para ser o relator da matéria na CAE. Pinheiro disse ao Estado que aceita relatar o projeto, desde que os sindicalistas e o Supremo Tribunal Federal concordem com o acerto costurado. O petista, que já se manifestou publicamente a favor do projeto na CCJ, disse que é preciso garantir uma boa estrutura da Justiça com remunerações atrativas aos servidores, que, lembrou, tiveram o último plano de carreira aprovado em 2006. “Dilma deveria demitir todo mundo se não soubesse do projeto”, afirmou Pinheiro.

Concedas. A proposta costurada por Delcídio ainda não foi levada às bancadas do PT e do PMDB, as duas maiores do Senado. “Ainda não sei do acordo”, afirmou o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que já se disse a favor da proposta na CCJ. Embora ressalve que as negociações estejam a cargo do líder do governo, o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), disse-se preocupar com o fato de um eventual reajuste para os servidores do Judiciário se tornar “piso” para outras categorias do funcionalismo. “Do jeito que está (sem as modificações para 2016), antecipo que a bancada será contra”, afirmou.

Se a estratégia não for bem sucedida, o governo conta com um plano B para evitar o custo do reajuste neste ano: a presidente Dilma Rousseff não precisará sequer vetar o aumento se ele for aprovado para 2015. Isso porque a medida não tem eficácia imediata, uma vez que não foi incluída na Lei Orçamentária de 2015 uma previsão de recursos para bancar o reajuste. Na prática, isso impede a concessão do aumento, exceto se o Congresso aprovar um crédito suplementar. Os envolvidos nas negociações, contudo, preferem discutir uma proposta alternativa a ter de enfrenar o desgaste político de não pagar o reajuste de um outro poder.

SÔNIA RACY

● Ricardo Lewandowski, do STF, participa, segunda, do Congresso Jurídico sobre judicialização da saúde, promovido pela Abramge. No Unique.

CONTINUA

16 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Sem acordo, servidores ameaçam parar

Sindicalistas envolvidos nas negociações do reajuste dos servidores do Judiciário temem que, sem uma proposta concreta de aumento acordada pelo governo e pelo Congresso, seja difícil segurar a realização de uma greve geral da categoria. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, tem se fiado na sinalização positiva que teria recebido da Presidência da República sobre o reajuste, antes de conversar esta semana com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, para evitar a paralisação dos servidores.

Os interlocutores de Lewandowski, em conversas com o Congresso, também têm argumentado que dificultar a aprovação do reajuste pode ser o estopim para uma greve generalizada entre os servidores. Pressionado pela base e magistrados de carreira, Lewandowski reitera em diversas ocasiões seu compromisso com a recomposição salarial. O material de sindicatos com estimativa de perdas salariais tem sido levado por servidores do Supremo ao Congresso.

Em meio às negociações, a divulgação na terça-feira do estudo do Ministério do Planejamento contra o reajuste do funcionalismo foi mal recebida no STF e entre os sindicalistas. O levantamento assegura que o impacto orçamentário do aumento, escalonado em três anos, será de R\$ 25,7 bilhões.

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal (Fenajufe), uma das principais entidades representativas, com 110 mil servidores vinculados, divulgou nota em que “desmente” o texto do Planejamento e defende a necessidade da aprovação “urgente” do projeto.

Segundo a manifestação, o impacto do reajuste é de R\$ 10,3 bilhões e o ministério omite a defasagem salarial de nove anos da categoria. Diz ainda que o governo desrespeita a autonomia do Judiciário ao fazer “ingerências indevidas” em projetos de aumento salarial de autoria do poder no Congresso. Afirma também que outras carreiras semelhantes ganham mais que os servidores do Judiciário.

Neste fim de semana, as principais entidades sindicais da categoria devem se reunir para discutir qual estratégia adotar. Contudo, já há quem não esteja tão disposto assim a negociar e queira a aprovação do reajuste imediatamente. /R.B e B.B.

16 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo autoriza regime aberto para Jefferson

Ministro Luís Barroso concede progressão de pena para ex-deputado do PTB condenado no mensalão; com isso, ele não precisará mais dormir na cadeia

Beatriz Bulla / BRASÍLIA
Fábio Grellet / RIO

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, autorizou que o ex-deputado Roberto Jefferson, condenado no processo do mensalão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, passe para o regime aberto. Atualmente, o ex-parlamentar do PTB cumpre pena no sistema semiaberto, no qual deixa a cadeia durante o dia para trabalhar e depois retorna ao estabelecimento prisional onde passa a noite.

Jefferson, que denunciou o esquema do mensalão, foi condenado a pena de 7 anos e 14 dias de reclusão em regime inicial semiaberto. Ele cumpre pena no Rio de Janeiro. Durante o dia trabalha como auxiliar administrativo em escritório de advocacia no centro do Rio e à noite voltava para um presídio em Niterói, cidade na região metropolitana da capital fluminense.

A progressão de regime pode ser concedida após o cumprimento de ao menos um sexto da pena e quando há indicativos de bom comportamento.

'Ótimo comportamento'. Na decisão, Barroso aponta que o ex-deputado trabalhou no escritório de advocacia desde outubro do ano passado – o que autoriza o desconto de tempo da pena – e destaca o seu "ótimo comportamento carcerário". Até o dia 20 de abril, Jefferson teve 40 dias de pena descontados pelas atividades de trabalho. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deu parecer favorável à progressão de regime do ex-deputado, considerando ainda que foi comprovado o pagamento de multa estipulada no julgamento

do mensalão. "Conforme já referido, há nos autos atestado de ótimo comportamento carcerário e inexistem anotações de prática de infração disciplinar de na-

tureza grave pelo condenado. Ademais, a defesa comprovou o recolhimento da pena de multa, requisito indispensável para a progressão de regime, na linha da atual jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal", afirmou o ministro.

O ministro do STF, que é relator das execuções penais do mensalão, afirmou que o ex-deputado deverá se comportar com "sobriedade e discrição" mesmo em regime aberto, "sob pena de regressão de regime". No regime aberto, o condenado continua com algumas restrições, como a proibição de frequentar bares e o dever de permanecer recolhido em casa durante a noite.

No ano passado, Barroso chegou a advertir o ex-deputado de que perderia o direito a realizar trabalho externo se realizasse pronunciamentos políticos públicos. Barroso considerou que não era "próprio de uma pessoa que está presa" fazer manifestações políticas.

O advogado Marcos Pinheiro de Lemos, que representa Jefferson (PTB-RJ), disse ontem esperar que até hoje o cliente seja autorizado oficialmente a cumprir pena em casa. Segundo o advogado, a decisão deve ser informada pelo Supremo à Vara de Execuções Penais do Rio, que emitirá o alvará de soltura.

Pizzolato pode ser solto ao se beneficiar de brecha legal

Henrique Pizzolato, ex-diretor de marketing do Banco do Brasil condenado no processo do mensalão, pode ser solto na Itália antes mesmo da decisão de uma eventual extradição ao Brasil. No final de abril, o governo italiano havia dado o sinal verde para a extradição do brasileiro, mas na semana passada, o Tribunal Administrativo de Roma acatou um recurso de Pizzolato e marcou uma audiência para o dia 3 de junho para julgar a liminar dos advogados do brasileiro. O problema é que, no próprio decreto do tribunal, os juízes apontam que a data final para que o Brasil organizasse a extradição seria 31 de maio. Como a audiência ficou marcada apenas para o dia 3, tanto o Ministério da Justiça da Itália como autoridades brasileiras confirmam que Pizzolato poderia ser solto no dia 31 de maio, aguardando em liberdade a audiência. Hoje, ele está preso em Módena. Brasília agora tenta impedir que os advogados de Pizzolato usem uma brecha legal para obter a soltura do cliente. / JAMIL CHADE, CORRESPONDENTE, GENEBRA

16 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Delator liga fraude no fisco do Paraná à reeleição de Richa

Segundo auditor, empresas tinham débitos anulados em troca de propina que iria para o caixa 2 do comitê tucano; 'primo' do governador é citado

Catarina Scortecchi

CURITIBA | ESPECIAL PARA O ESTADO

O Ministério Público do Paraná investiga a ligação entre fraudes na Receita do Estado e a campanha à reeleição do governador Beto Richa (PSDB). Auditor fiscal suspeito de integrar o esquema que atuava no fisco paranaense, Luiz Antônio de Souza afirmou em delação premiada que ele e seus colegas arrecadaram até R\$ 2 milhões via caixa 2 para a reeleição do tucano no ano passado.

Segundo o delator, os auditores que atuavam na Receita de Londrina, cidade do norte do Paraná, reduziam ou anulavam as dívidas tributárias de empresas em troca das contribuições.

Ainda segundo o depoimento de Souza, o ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Márcio Albuquerque de Lima coordenava o esquema sob as ordens do empresário Luiz Abi Antoun, primo distante de Richa e figura influente na gestão tucana.

“Ele (Souza) escutou do próprio Márcio que Luiz Abi havia pedido o dinheiro, em fevereiro do ano passado. O dinheiro tinha que ser entregue até setembro. E meu cliente efetivamente conseguiu o dinheiro com três empresas da região norte”, confirmou o advogado do delator, Edson Duarte Ferreira, sem citar o nome das empresas.

O advogado do delator afirmou que seu cliente nunca teve contato direto com o governador, mas disse que as visitas de Abi à Receita Estadual de Londrina eram “frequentes”.

Carta. A delação reforça as suspeitas já levantadas pelas investigações do Ministério Público. Em um caso relatado por uma testemunha anônima por carta semanas atrás, Abi agiu para anular uma dívida tributária de R\$ 9 milhões em favor de uma empresa de equipamentos e serviços de informática industrial que atua em Curitiba, a Dataprom. Segundo o relato anônimo, em troca do “favor” tributário, a empresa teria dado extraoficialmente R\$ 1 milhão para a campanha de Richa.

A suspeita é de que Abi tenha contado, nesse caso, com a colaboração do auditor fiscal Roberto Pizzato, então chefe da Delegacia da Receita Estadual em Curitiba, para “refazer” uma Ordem de Serviço Fiscal (OSF) em 2014. Esse documento apontava o não recolhimento de ICMS pela Dataprom – que fornece a tecnologia dos cartões usados no sistema de transporte coletivo da Grande Curitiba. Com a nova OSF, a empresa deixou de ser considerada devedora do imposto. A Secretaria da Fazenda do Paraná não divulga informações sobre esse processo, sob alegação de que os dados fiscais são sigilosos.

A testemunha anônima havia informado ainda que um dos sócios da empresa, Alberto Mauad Abujamra, teria sido o responsável pelo pagamento “não contabilizado” a Richa.

Ao todo, a operação que desbaratou a quadrilha da receita paranaense tem até o momento 62 pessoas denunciadas, entre auditores, empresários e contadores.

Amigo pessoal do governador tucano e de Abi, Pizzato foi exonerado do cargo de delegado-chefe da Receita Estadual de Curitiba logo após o escândalo de Londrina vir à tona, no início do ano. Ele continua na Receita e até agora não é alvo oficial da investigação.

Também amigo de Richa – e seu parceiro de automobilismo – Lima foi denunciado e é considerado pelos promotores o chefe do esquema de fraudes na Receita do Paraná. Ele chegou a ser preso, mas já deixou a cadeia.

Histórico. Abi é parente distante de Richa (primo de sétimo grau). Em março, tornou-se réu em uma ação penal na qual é acusado de montar um esquema para obter um contrato com o governo de R\$ 1,5 milhão, de prestação de serviços de consertos de veículos oficiais, na região de Londrina, onde tem residência. Essa operação foi batizada de “Voldemort”, uma alusão ao temido personagem da famosa série Harry Potter. Nos livros de J. K. Rowling, Voldemort é “aquele que não deve ser nomeado”.

Até que se tornasse alvo de suspeitas, Abi era visto com frequência no gabinete de Richa, no Palácio Iguazu, sede do governo do Paraná. O local onde o empresário costumava se hospedar em Curitiba, um hotel de luxo no centro da cidade, ganhou o apelido de “Iguaçuzinho” por pessoas ligadas ao Executivo.

CONTINUA

16 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

PSDB estadual refuta declaração de auditor

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), não quis se pronunciar ontem sobre a delação do auditor fiscal e as investigações do Ministério Público.

Já a direção estadual tucana emitiu uma nota oficial na qual afirma que "refuta de forma veemente as declarações do sr. Luiz Antonio de Souza". "O partido ressalta ainda que todas as doações para a campanha do governador Beto Richa ocorreram dentro da legalidade e foram realizadas voluntariamente, sendo registradas e atestadas pelo Comitê Financeiro. As contas foram apresentadas e aprovadas integralmente pela Justiça Eleitoral", afirma a nota.

No texto, a direção estadual do partido também informa que "não recebeu qualquer tipo de doação da empresa Dataprom ou de seu sócio Alberto Mauad Abujamra nas eleições de 2014" e que "Luiz Abi Antoun não tratou de arrecadação para a campanha eleitoral".

Roberto Pizzato admite que é amigo do Luiz Abi Antoun há mais de 30 anos, mas nega qualquer irregularidade. "Posso assegurar que estamos tranquilos quanto a qualquer verificação." Sobre a exoneração do cargo de comando na Receita, diz que está "prestes a se aposentar". "Está na hora de dar espaço a outros."

O ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Márcio Albuquerque de Lima não foi localizado pela reportagem.

Já o advogado de Abi, Antonio Carlos Coelho Mendes, disse desconhecer o episódio e preferiu não dar entrevista. Segundo ele, a defesa de Abi é feita apenas dentro de um processo judicial.

Alberto Mauad Abujamra, da

Dataprom, não foi localizado pela reportagem. Jacqueline Felisbino, mulher de Abujamra, concedeu entrevista para afirmar que o empresário vê com indignação as suspeitas levantadas contra ele e que os livros contábeis da empresa estão abertos para qualquer verificação. "Nós desconhecemos isso. Negamos com veemência." Segundo ela, Abi é apenas um conhecido do casal, já que, em Curitiba, o londrinense já utilizou hotéis de propriedade de Abujamra. /c.s.

o Registro

"Todas as doações para a campanha do governador Beto Richa ocorreram dentro da legalidade e foram realizadas voluntariamente, sendo registradas e atestadas pelo Comitê Financeiro"

Nota oficial do PSDB-PR

17 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

O poder de investigação do MP

Por 7 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal decidiu um velho confronto corporativo entre o Ministério Público (MP) e a polícia, permitindo aos promotores e procuradores de Justiça realizar investigações criminais. As entidades de delegados das Polícias Civil e Federal sempre alegaram que, pela Constituição, essa é uma prerrogativa exclusiva da corporação. O julgamento estava suspenso desde 2012, por causa de um pedido de vista do ministro Marco Aurélio Mello. De lá para cá, o Ministério da Justiça propôs às duas corporações uma negociação para redefinir o limite de atuação de cada uma delas, mas não teve sucesso.

Ao devolver o processo ao plenário, Marco Aurélio votou contra o poder de investigação do MP, alegando que a função do órgão é controlar as investigações criminais, e não conduzi-las. “Quem surge como responsável pelo controle não pode exercer a atividade controlada. O desenho constitucional do MP na área penal pauta-se pelo controle externo das atividades da polícia. A má estruturação das polícias não legitima no contexto jurídico as investigações de promotores e procuradores”, disse Marco Aurélio, derrotado no julgamento.

Dos ministros que votaram a favor das pretensões do MP, três – Celso de Mello, Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa – foram promotores e procurado-

res. Eles alegaram que a atividade de investigação do MP – desde que respeitadas as garantias dos investigados e assegurado o acesso da defesa – é essencial para o esclarecimento dos crimes contra o patrimônio público e de delitos praticados por policiais. Também disseram que a investigação deverá estar sob o controle do Judiciário e que promotores e procuradores não podem praticar atos próprios dos juizes, como emitir mandados de busca domiciliar. Já os ministros derrotados alegaram que o MP só pode investigar crimes em situações excepcionais. E afirmaram que, ao tratar da função investigativa do órgão, a Constituição fala em requisitar diligências, e não em promovê-las.

Essa disputa corporativa entre o MP e as Polícias Civil e Federal vinha sendo travada desde a promulgação da Constituição, em 1988. Embora a Carta atribua competências específicas aos promotores e procuradores – como patrocinar com exclusividade ações penais públicas e impetrar ação civil pública, por exemplo –, ela não faz menção às prerrogativas da categoria em matéria criminal. Mas, invocando a tese de que quem pode o mais também pode o menos, promotores e procuradores passaram a alegar que, se têm exclusividade na proposição de ações penais públicas, implicitamente detêm competência para fazer investigações criminais.

Esses argumentos, contudo, jamais foram compartilhados

por especialistas em direito constitucional. Segundo eles, se os constituintes não incluíram a investigação criminal no rol de competências específicas do MP, é porque não quiseram dar ao órgão uma força institucional que compromettesse o equilíbrio entre os Poderes. De fato, depois de terem pressionado a Assembleia Constituinte a definir o MP como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado”, incumbida “da defesa da ordem jurídica e do regime democrático”, muitos promotores e procuradores passaram a se comportar como se pertencessem a um Poder tão autônomo quanto o Judiciário, o Executivo e o Legislativo. Sentindo-se independentes, vários colocaram as prerrogativas funcionais a serviço de ideologias, partidos e movimentos sociais. E até hoje alguns usam essas prerrogativas para pressionar o Executivo a formular políticas públicas, como se tivessem mandato parlamentar.

Consciente desses desvios funcionais e temendo a reação corporativa dos delegados de polícia, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, procurou amainar os ânimos assim que o Supremo encerrou o julgamento. “Não se trata de estabelecer um jogo de uma instituição contra outra”, disse ele, prometendo que o MP optará por um “trabalho cooperado” com as Polícias Civil e Federal. Resta esperar que seus colegas tenham o bom senso de seguir a linha por ele recomendada.

17 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Richa chama delação de 'guerra suja'

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), publicou ontem em sua página no Facebook um vídeo em que responde às acusações do auditor fiscal Luiz Antônio de Souza. O auditor afirmou, em delação premiada, que até R\$ 2 milhões foram arrecadados via caixa dois para a reeleição do tucano no ano passado.

No vídeo, Richa afirma estar sendo acusado “sem nenhuma prova” por “um criminoso, réu confesso, preso por abuso de menores”. O governador diz que seu governo “está sofrendo uma campanha orquestrada”.

Richa afirma ainda que “nós vamos enfrentar essa guerra suja com determinação, com a verdade e com respeito aos paranaenses”.

Segundo a delação premiada, os auditores que atuavam na Receita Estadual de Londrina reduziam ou anulavam as dívidas tributárias de empresas em troca de contribuições para a campanha.

18 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Um quadro sombrio

O Mapa da Violência 2015 – um dos mais respeitados estudos sobre esse problema, coordenado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz e editado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) – mostra que o quadro da criminalidade no Brasil continua sombrio, com números assustadores. Mas indica também que houve grandes avanços no combate ao crime nos últimos anos em alguns dos Estados mais importantes, como São Paulo e Rio de Janeiro, uma prova de que nem tudo está perdido.

Em 2012 foram registradas 42.416 mortes por armas de fogo, o que dá a média de 116 por dia. De 1980, quando houve 8.710 mortes, até aquele ano, a alta foi de 387%, muito maior do que a da taxa de crescimento populacional, de 61%. Nesse período de 32 anos, o total de mortes chegou a 880.386. Esses números permitem afirmar, sem nenhum exagero, que a violência adquiriu no Brasil as dimensões de uma tragédia.

Como diz Waiselfisz, colocando o que se passa aqui no contexto internacional e numa perspectiva histórica, “o Brasil, sem conflitos religiosos ou étnicos, de cor ou de raça, sem disputas territoriais ou de fronteiras, sem guerra civil ou enfrentamentos políticos levados ao plano das armas, consegue vitar mais cidadãos via armas de fogo do que muitos dos con-

flitos contemporâneos”. E cita como exemplos as guerras da Chechênia e do Golfo, as várias Intifadas, a guerrilha colombiana que se arrasta há décadas e as guerras de liberação de Angola e Moçambique. Ou ainda, acrescenta, “uma longa série de conflitos armados acontecidos já no presente século e que tivemos a oportunidade de expor em Mapas anteriores”.

Dentre outros pontos igualmente preocupantes do estudo, dois merecem destaque. Um refere-se às principais vítimas da violência – os jovens. Dos mortos em 2012, 24.882 (mais da metade) tinham entre 15 e 29 anos. A porcentagem de jovens mortos, pouco acima de 50%, é a mesma no período mais longo, de 1980 a 2012. Foram 497.570, ou 56%, embora eles representem apenas 27% da população no período.

Isto é tanto mais grave quanto se sabe – como mostra o estudo *Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI*, do IBGE – que o País está perto de chegar ao fim do bônus demográfico. Ele ocorre quando as pessoas em idade ativa, principalmente jovens, são mais numerosas do que as mais dependentes – crianças e idosos. É um momento de grande vitalidade, ao qual se sucederá o do envelhecimento da população, que está sendo comprometido pelo alto índice de morte de jovens por armas de fogo.

Outro ponto a ressaltar é a migração da violência para áreas mais pobres. Lembra Waiselfisz que “na virada do século

o crescimento econômico começa a migrar para o interior, para fora dos grandes polos, como São Paulo e Rio de Janeiro, e a violência vai também”. Com uma característica que agrava o problema: a violência nesses novos moldes, exacerbada, chega a essas regiões “antes das estruturas de Estado. O Estado (*ali*) não está preparado para enfrentá-la”. Não por acaso, o crescimento das mortes por armas de fogo foi especialmente elevado em Estados como Maranhão, Ceará, Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.

A luz no fim do túnel brota de oito Estados, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, que no fim do século passado e começo deste apresentavam os maiores índices de criminalidade. Desde então, a redução das taxas de mortes por armas de fogo foi de 62,2% em São Paulo, 54,9% no Rio de Janeiro, 54,6% em Roraima, 39,7% em Pernambuco e 35,5% em Mato Grosso do Sul, para citar os Estados com resultados mais expressivos. O fato de isso ocorrer nas mais diferentes regiões do País mostra que os avanços não são condicionados apenas pela riqueza dos Estados.

Já é mais do que hora de o poder público, em todos os seus níveis, acordar para a extrema gravidade do problema e, num esforço conjunto acima de divergências partidárias, voltar sua atenção para as áreas críticas, utilizando as lições daquelas outras que começam a sair do buraco.

18 MAI 2015

BEM PARANÁ

Vaga no TCE

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) julga, hoje mandado de segurança proposto pelo ex-secretário da Educação, Maurício Requião - irmão do senador Roberto Requião (PMDB), contra decisão que suspendeu sua nomeação para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em 2008. O desembargador Antonio Loyola Vieira é o relator do processo que pode resultar no afastamento do atual presidente do TCE, Ivan Bonilha, eleito para a vaga após a suspensão da indicação de Maurício.



Histórico

Em meados de 2008 a Assembleia Legislativa indicou Maurício Requião para ocupar uma vaga de conselheiro do TCE. Ele então foi nomeado pelo governador e irmão, Roberto Requião para o cargo. Contra sua nomeação foram impetradas duas ações populares, apontando que a nomeação feria a norma do Supremo Tribunal Federal que proíbe o nepotismo. O relator do caso do STF, Ricardo Lewandowski acatou o pedido em março de 2009, e concedeu liminar afastando Maurício do cargo. Em 2010, as duas ações foram julgadas pelo Tribunal de Justiça, que decidiu por rejeitá-las. Valendo-se da liminar no STF, porém, o governador Beto Richa revogou o decreto de nomeação do irmão de Requião em meados de 2011 e a Assembleia realizou nova eleição, que resultou na nomeação de Bonilha.

18 MAI 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

RICHA NAS CORDAS

A semana começa quente na política. As acusações do Auditor Luiz Antônio de Souza, de que a campanha do governador Beto Richa para reeleição, em 2014, recebeu R\$ 2 milhões arrecadados com esquemas de corrupção na Receita Estadual, obrigou o governador a divulgar um vídeo nas redes sociais para se defender. Agora, se espera a continuidade do processo, que pode complicar a vida de Richa tanto na área cível, como criminal. Caso seja comprovado que o governador agiu de forma ilícita, ele pode ser enquadrado na lei de inelegibilidade ou na lei da Ficha Limpa.

SAQUE 1

Ao contrário do que havia sido anunciado, o governo estadual sacou, semana passada, cerca de R\$ 500 milhões do Fundo Previdenciário da ParanaPrevidência. Assembleia Legislativa, Ministério Público, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça, que também receberam valores de "ressarcimento" pelo que "pagaram a mais" com aposentados de mais de 73 anos entre janeiro e abril deste ano.

SAQUE 2

Em entrevista logo depois da aprovação do projeto que causou a "batalha" do Centro Cívico, com mais de 200 feridos, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, anunciou que o governo não iria sacar o valor retroativo, mas sim fazer repasses menores ao fundo nos meses seguintes. Agora, o secretário diz que voltou atrás pra garantir a "contabilização correta" das folhas de pagamento e não estourar as despesas com pessoal.

GRAMPOS

O Ministério Público Federal (MPF) afirmou que a descoberta de equipamentos de escuta na sede da Polícia Federal não acarreta qualquer nulidade ao processo de investigação da Operação Lava Jato. Além deste grampo, foi descoberto outro dispositivo no fumódromo da PF de Curitiba.

ESTRATÉGIA

O governo federal decidiu transferir pro Senado a negociação dos cargos de segundo e terceiro escalões e a transferência de verbas federais para os estados dos senadores como forma de vencer suas votações prioritárias: as medidas provisórias do ajuste fiscal e a indicação de Luiz Fachin para o Supremo Tribunal Federal. Com isso, pretende-se derrotar o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), grande crítico de Dilma Rousseff.

FOLHA DE S. PAULO

Rendição

DEMÉTRIO MAGNOLI

16 MAI 2015

Fachin compartilha com o PT o objetivo de anular os direitos do Congresso —isto é, do ‘povo desorganizado’

MAX WEBER distinguiu a “ética da convicção” da “ética da responsabilidade”. Na sabatina de terça, Luiz Edson Fachin invocou a segunda para envernizar uma peculiar “ética da conveniência” —e passou 11 horas declarando sua adoração pelo que criticou ao longo da vida. O jurista atacou o direito de propriedade em 1986. Mas vale a pena discutir 1986? O jurista não aprecia a proteção especial à família nuclear. E daí? A diversidade de opiniões informadas enriquece o STF. Conversa inútil. Nenhum senador desviou-se dos rumos óbvios para inquiri-lo sobre o que interessa: a fonte das leis. Fachin acredita que os juízes têm a prerrogativa de inventar a lei. Se seu nome for aprovado em plenário, os senadores estarão assinando um termo de rendição do Poder Legislativo.

Fachin é da corrente de pensamento de outro Luís, Roberto Barroso, que já está no STF. Eles são expoentes da vertente radical do neoconstitucionalismo, a árvore teórica de um ativismo judicial ilimitado. Nesse campo ideológico, a norma formal deve ceder lugar à norma axiológica, isto é, a valores morais genéricos que serviriam de régua na interpretação dos códigos legais. A Constituição proclama as metas da igualdade, do bem-estar e da justiça? Sob a ótica deles, é o suficiente para varrer a letra das leis pelo sopro purificador do juiz-ativista.

Tudo que está escrito pode ser lido pelo avesso —eis a mensagem de Luís e Luiz. Na “nova dogmática da interpretação constitucional” de Barroso, a filtragem do Direito escorega da norma objetiva para o

terreno do arbítrio subjetivo. A Constituição abriga o princípio da igualdade perante a lei? Basta reinterpretá-la à luz do imperativo de justiça histórica —e concluir pela recepção de leis raciais na ordem jurídica nacional. A letra constitucional proíbe a discriminação de cor no acesso à educação superior? Basta atribuir um significado paradoxal à palavra —e explicar que a meta axiológica da igualdade demanda a “discriminação positiva”.

O neoconstitucionalismo nasceu no pós-guerra como reação progressista ao formalismo excludente da ordem liberal. “A lei tem que ser legítima, alinhando-se aos princípios constitucionais!”, gritaram os juristas indignados com o novelo de artilhanhas de uma legalidade meticulosamente construída para negar direitos. Contudo, nas margens dessa revolta modernizante, surgiu uma escola jacobina que prega a reforma social pelo Direito e, não por acaso, repete incessantemente o mantra da “carência de legitimidade” dos atuais parlamentos.

Os fundadores da arquitetura moderna queriam “mudar a cidade para transformar a sociedade”. Os juristas jacobinos cultivam o mesmo sonho exagerado, mas escolheram a ferramenta do Direito, o que os coloca em rota de colisão com o poder encarregado de fazer as leis. Fachin não é petista, a não ser num sentido puramente circunstancial. Mais que um partido, precisa de alianças com o “povo organizado”: movimentos sociais, entidades corporativas, ONGs. A reengenharia da ordem jurídica, por cima dos representantes

eleitos, deve ser vista como produto da vontade da sociedade civil. Fachin compartilha com o PT o objetivo de anular os direitos do Congresso, isto é, do “povo desorganizado”.

“Uma Constituição se faz Constituição no desenrolar de um processo constituinte material de índole permanente”, pelo recurso a “ações afirmativas” e pelo “resgate de dívidas históricas”, escreveu Fachin em 2011. A “revolução permanente” do Direito, pelo ativismo do jurista iluminado —eis o núcleo do seu pensamento. Numa sabatina intelectualmente preguiçosa, os senadores nem mesmo roçaram no tema relevante. Família? Propriedade? Não: Fachin quer transferir para “os juristas que têm lado” o mandato dos deputados e senadores. Alvaro Dias tem razão numa coisa: essa decisão “não é uma questão partidária”.

16 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria pede bloqueio de imóveis de juiz condenado

Afastado de tribunal federal há dez anos e condenado por corrupção, Theotônio Costa é alvo de nova ação

Ministério Público aponta dez imóveis avaliados em mais de R\$ 6 milhões para obter ressarcimento

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O Ministério Público Federal pediu à Justiça o sequestro de bens do ex-desembargador Paulo Theotonio Costa, que atuou no Tribunal Regional Federal da 3ª Região e foi condenado por corrupção em 2013, dez anos após ter sido afastado do cargo.

Segundo o Ministério Público, o valor total corrigido dos dez imóveis que são alvo da ação ultrapassa R\$ 6 milhões. Se a Justiça autorizar o sequestro dos imóveis, Theotônio Costa não poderá vendê-los nem alugá-los, e

eles poderão ser leiloados no futuro para ressarcir aos cofres públicos os recursos que ele teria obtido ilegalmente.

A **Folha** revelou em 1999 que Theotonio Costa era proprietário de um conjunto residencial de sete prédios e uma fazenda, em Campo Grande (MS), além de possuir apartamentos em São Paulo e dois imóveis num condomínio fechado, no Guarujá.

O procurador José Roberto Pimenta Oliveira quer que a Justiça reconheça a conexão entre a ação proposta agora e uma ação civil de improbidade administrativa, em tramitação, que trata dos mesmos fatos que levaram à condenação de Theotonio Costa.

No ano passado, ele foi condenado por corrupção passiva a três anos de prisão em regime aberto. A Justiça concluiu que ele manipulou fraudulentamente a tramita-

ção de um processo para favorecer o antigo Bamerindus numa causa em que o banco recebeu R\$ 150 milhões.

O advogado Ismael Medeiros, amigo do juiz, foi contratado pelo banco para cuidar do caso e recebeu honorários de R\$ 1,5 milhão. Medeiros repassou R\$ 686 mil a duas empresas de Theotonio Costa, a título de empréstimo, mas o dinheiro nunca foi devolvido.

O então relator do caso no Superior Tribunal de Justiça, ministro Fernando Gonçalves, disse em seu voto que Medeiros, "advogado jejuno, pouco conhecido, sem experiência", atuou como laranja para direcionar o processo.

Em sua defesa no STJ, Theotônio Costa alegou que não beneficiara o banco e que as provas eram ilícitas. A **Folha** não conseguiu localizá-lo, e ele ainda não tem advogado na ação de execução.

PAINEL

Deixa pra lá Lula não tocou no nome de Luiz Fachin, indicado pela aliada para o STF. Nem para pedir a Renan e aos demais senadores pela aprovação do nome, na semana que vem. "Ele teria de explicar por que se recusou a indicar o Fachin quando teve chance", interpreta um aliado do presidente do Senado.

17 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Campanha de Fachin rompe com tradição

Advogado escolhido por Dilma deixou de lado discricção dos antecessores em esforço para vencer resistências no Senado

**Indicado ao STF
buscou apoio de líderes
religiosos e mobilizou
amigos e redes sociais
para assediado senadores**

DANIELA LIMA
DE SÃO PAULO

O advogado Luiz Fachin rompeu com a cartilha de silêncio e discricção seguida por juristas que concorreram antes dele a uma vaga na mais alta corte do país, o STF (Supremo Tribunal Federal).

Não há relato de outro indicado que tenha feito vídeos e criado um site para defender sua nomeação, nem que tenha buscado contato com líderes religiosos para desmentir boatos sobre sua trajetória.

Escolhido pela presidente Dilma Rousseff após mais de oito meses de indefinição, Fachin foi sabatinado pelos senadores por 11 horas na semana passada. O plenário do Senado deve votar sua indicação na próxima terça (19).

Outros ministros buscaram assessores para se preparar para a sabatina, mas nunca alguém mobilizou uma equipe tão grande como agora.

Carmem Lúcia, em 2006, e Luís Roberto Barroso, em 2013, contaram com a ajuda informal do jornalista Irineu Tamanini para lidar com a mídia entre a indicação e a nomeação. O serviço era basicamente mantê-los longe de entrevistas. Ambos foram orientados a só receber jornalistas após a posse.

Quem atua no meio enumera regras ao indicado, como nunca se deixar ser chamado de ministro antes da nomeação, não conceder entrevistas antes da posse e mostrar respeito por ritos e protocolos.

Além de senadores, Fachin esteve com líderes religiosos. Falou com d. Sérgio da Rocha, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, e igrejas evangélicas. O pastor Silas Malafaia, que o acusou de ser defensor da poligamia, disse numa rede social ter sido procurado por ele. Pessoas próximas contam que o advogado, ao lado da mulher, a desembargadora Rosana Amara Girardi, também visitou os bispos Robson e Lúcia Rodovalho, da Sara Nossa Terra.

Fachin contratou em abril uma assessoria, a F7 Comunicação, do jornalista Samuel Figueiredo. Pouco depois, sua família recrutou um escritório para monitorar menções ao seu nome nas redes sociais. E um designer para fazer o site pró-Fachin.

Associou o trabalho da F7 à consultoria do jornalista Gustavo Krieger, um dos responsáveis pela comunicação da campanha presidencial de Aécio Neves (PSDB), em 2014.

Segundo Figueiredo, o escritório da família de Fachin pagou. Especulações sobre o custo da equipe apontaram cifras próximas de centenas de milhares de reais. "Até gostaria de ganhar quanto dizem, mas os valores não são esses", diz Figueiredo. Uma pessoa com acesso à equipe disse que o custo da campanha deve ficar em menos de R\$ 100 mil.

Figueiredo já havia trabalhado para Luiz Fux, o primeiro nomeado por Dilma, em 2011. Mas a situação não se compara, diz: "O cenário político hoje é um pouco mais conturbado". No momento, Dilma enfrenta seu maior desgaste político.

'FACHINÊS'

Só para a sabatina —a mais longa em 20 anos—, foram dez horas de treinamento. Os assessores disseram a Fachin para ser didático, paciente, respeitoso e polido. E pediram para evitar o "fachinês", apelido ao hábito de usar termos empolados ou conhecidos só no universo jurídico.

Houve uma campanha para mobilizar amigos e aliados na internet e nos contatos com senadores. O empenho foi registrado por Antonio Anastasia (PSDB-MG). Na sabatina, ele disse que recebeu inúmeras mensagens do meio jurídico pedindo apoio a Fachin.

No dia da arguição, a equipe que monitora as redes contou 110 mil citações a Fachin. Segundo o estudo, um número superior aos registrados por Dilma e Aécio no dia de lançamento de suas candidaturas presidenciais, em 2014.

Para especialistas em gestão de imagem, a maratona de Fachin pode lhe deixar uma herança incômoda, ainda que ele tenha sucesso no final: a de um ministro considerado frágil pela quantidade de ajuda que precisou buscar.

17 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO PAINEL

Pulsação A bancada governista vai monitorar minuto a minuto o quorum do Senado na terça-feira e estuda pedir o adiamento da votação da indicação de Luiz Edson Fachin para o STF.

Nota de corte O pedido de adiamento será feito caso haja menos de 70 parlamentares na Casa. São necessários 41 votos favoráveis para aprovar o advogado.

Ainda é tempo Aliados de Renan Calheiros (PMDB-AL) querem procurar o presidente do Senado na segunda-feira para convencê-lo a parar de bombardear a aprovação de Fachin nos bastidores.

Maria-fumaça "Acho que ele não vai ficar na frente do trem quando ele estiver passando", resume um senador peemedebista que não segue a orientação anti-Fachin do correligionário.

FRASE

**LUIZ EDSON
FACHIN**

Não tenho

nenhuma

DIFICULDADE

(...) em apreciar

e julgar qualquer

um dos partidos

políticos

advogado, durante sabatina no Senado para aprovar sua indicação ao Supremo Tribunal Federal; ele foi questionado por ter pedido votos a Dilma na eleição de 2010

17 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Novasabatina é chantagem, diz Joaquim Barbosa

O ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa usou seu perfil no Twitter para criticar um dos dispositivos da PEC da Bengala, a emenda constitucional recém-promulgada que estende de 70 para 75 anos a aposentadoria na corte.

Barbosa insurgiu-se contra um mecanismo da PEC que prevê uma nova sabatina no Senado aos que optarem por ficar após os 70.

Segundo ele, essa regra permitirá que os magistrados sejam chantageados por congressistas alvos de investigação ou processos.

Colocar magistrados “de pires na mão” diante dos senadores, disse, mina a independência do Judiciário.

“A re-sabatina suscitará chantagem sobre aqueles que desejarem continuar no cargo após os 70. Pensem na quantidade de parlamentares que respondem a inquéritos e processos perante o STF. Ganham um ‘boost’ [impulso]”, escreveu Barbosa.

Pressionado, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) —ele mesmo investigado no Supremo—, tachou como “ilógica” a nova sabatina e afirmou que caberá ao próprio STF decidir sobre sua validade.

17 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Câmara negocia com STF novas regras para tribunal

Proposta prevê novo rito para nomeações e mandato de 11 anos para ministros

Mudanças só valerão para novos integrantes, diz Eduardo Cunha ao presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski

RANIER BRAGON
DE BRASÍLIA

A possibilidade de o Congresso alterar as regras para nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal e a duração de seus mandatos levou integrantes da corte a conversar com deputados para combinar que qualquer mudança só valerá para futuros integrantes do STF.

Sob a liderança do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deputados discutem um projeto de emenda à Constituição que tira do presidente da República a exclusividade na indicação dos membros do STF e estabelece um mandato fixo de 11 anos para os 11 ministros da corte.

Um dos alvos da Operação Lava Jato, que investiga o esquema de corrupção na Petrobras, Cunha é objeto de um inquérito conduzido pelo STF, único tribunal que pode processar e julgar deputados no exercício do mandato.

Segundo a versão de deputados que acompanham a discussão, partiu do STF a preocupação de que os atuais mi-

nistros pudessem ser afetados. Hoje eles só são obrigados a sair da corte aos 75 anos.

Com o objetivo de tranquilizar o STF, foi redigida no gabinete de Cunha, na quinta (14), uma emenda ao projeto. O teor, que ainda não foi apresentado, foi comunicado por telefone ao presidente do STF, Ricardo Lewandowski.

A emenda deixa claro que as mudanças só valerão para futuros ministros. Assinam a emenda os deputados André Moura (PSC-SE), Paulo Pereira da Silva (SD-SP) e Mário Heringer (PDT-MG), todos aliados de Cunha. Os três começarão nesta segunda (18) a recolher as 171 assinaturas necessárias para apresentar a proposta.

TRANQUILO

Cunha —que, como presidente da Câmara, não pode assinar projetos— estava com os deputados em seu gabinete no momento da elaboração da emenda e do telefonema ao ministro Lewandowski.

Por sua assessoria, o presidente do STF confirmou ter falado com Cunha na manhã de quinta, mas negou ter havido acordo. Segundo ele, Cunha ligou para dizer que ficasse tranquilo, pois qualquer eventual mudança só valerá para futuros ministros.

Ainda de acordo com Lewandowski, sua resposta ao presidente da Câmara foi que, em nome do princípio da separação dos Poderes, ele respeita a soberania do Congresso para tomar suas decisões.

Também por meio de sua assessoria, Cunha disse que o telefonema teve o objetivo de esclarecimento da proposta, que já deixaria claro que mudanças só valerão para os novos integrantes da corte.

A preocupação do STF surgiu após a aprovação da chamada PEC da Bengala, que elevou de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria obrigatória nos tribunais superiores. Alguns congressistas sugeriram que a mudança obrigaria os atuais ministros a passar por nova sabatina no Senado para continuar no STF.

Segundo deputados, o ministro Dias Toffoli também manifestou preocupação com o novo projeto em discussão na Câmara. Toffoli, que preside o Tribunal Superior Eleitoral, não quis se pronunciar.

CONTINUA

17 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O projeto em discussão na Câmara pretende alterar a Constituição para dividir entre Congresso, Presidência e STF a responsabilidade pela indicação à corte, além de fixar o mandato de 11 anos. Para valer, a mudança tem de ser aprovada no plenário da Câmara e no do Senado por pelo menos 60% do votos.

Cunha e o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), outro investigado na Lava Jato, pensam em colocar em votação a emenda ainda neste semestre. Aliados de Cunha defendem uma divisão em que a Presidência da República faça cinco indicações; o Senado e a Câmara, duas cada; o STF, outras duas.

A ordem e os prazos para essas escolhas teriam que ser definidos pelos deputados.

Aliados de Cunha também querem incluir no projeto a vedação à recondução do procurador-geral da República. Hoje o cargo é ocupado por Rodrigo Janot, que conduz os inquéritos da Lava Jato e tem sido criticado por Cunha.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

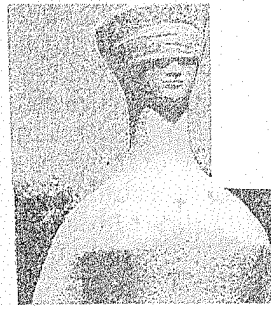
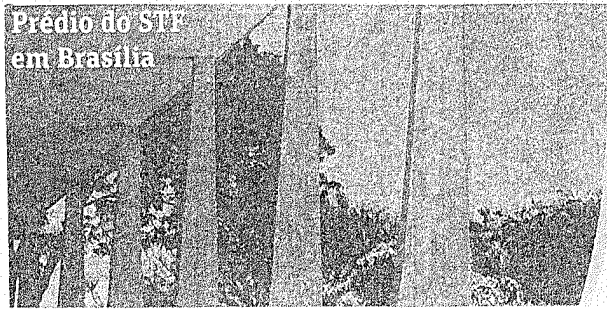
17 MAI 2015

QUEM É QUEM

CONTINUAÇÃO

Maioria dos atuais ministros não deve deixar STF antes de 2023

Prédio do STF em Brasília



● Origem ● Nascimento ● Indicação ● Aposentadoria
● Especialidade

Quem indicou

		1940	1960	1980	2000	hoje 2020	2040	Idade hoje
INDICADO À ESPERA DE APROVAÇÃO DO SENADO								
	 Luiz Fachin ● Advocacia ● Direito Civil				2015		2033	57
OS MINISTROS QUE COMPÕEM O TRIBUNAL								
DILMA	 Luís Roberto Barroso ● Advocacia ● Direito Público				2013		2033	57
	 Teori Zavascki ● Magistratura ● Processo Civil e Tributário				2012		2023	66
	 Rosa Weber ● Justiça do Trabalho ● Processo do Trabalho				2011		2023	66
	 Luiz Fux ● Magistratura ● Processo Civil				2011		2038	51
	 Dias Toffoli ● Advocacia ● Direito Eleitoral				2009		2042	47
LULA	 Cármen Lúcia ● Advocacia ● Dir. Const. e Empresarial				2006		2029	61
	 Ricardo Lewandowski ● Advocacia ● Direito Público				2006		2023	67
FHC	 Gilmar Mendes ● Ministério Público ● Direito Público				2002		2030	59
COLLOR	 Marco Aurélio ● Min. Público do Trabalho ● Direito Constitucional			1990			2021	68
SARNEY	 Celso de Mello ● Ministério Público ● Direito Constitucional			1989			2020	69

CONTINUA

17 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

COMO É NOS OUTROS PAÍSES

Anos de mandato

Alemanha	12 anos com aposentadoria compulsória aos 68
Argentina	Sem limite de idade mas, após completarem 75 anos, precisam ser reconduzidos a cada cinco anos
Espanha	Mandato de 9 anos
EUA	Vitalício
França	Mandato de 9 anos
Itália	Mandato de 9 anos

OS MAIS LONGEVOS



No Império

José Paulo Nabuco de Araújo
31 anos e 3 meses no cargo (1836-1863)



Na República

Hermínio do Espírito Santo
29 anos e 11 meses no cargo (1894-1924)

17 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Acusação de auditor é coisa de bandido, afirma Richa

Funcionário da Receita preso disse que campanha tucana recebeu R\$ 2 mi

Governador do Paraná divulgou vídeo neste sábado para rebater acusações de desvios do Estado em 2014

CARLOS OHARA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CURITIBA

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), disse neste sábado (16) que é “coisa de bandido” o relato do auditor da Receita estadual que acusa a campanha de reeleição tucana de ter sido abastecida por dinheiro desviado.

O auditor Luiz Antônio de Souza, preso em Londrina (PR), disse ao Ministério Público, em delação premiada, que a campanha de Richa recebeu cerca de R\$ 2 milhões desviados do Estado.

Souza e outros 14 auditores e servidores públicos são acusados de cobrar propina de empresários e, em troca, reduzir ou até anular dívidas tributárias de empresas.

“O Paraná não é bobo e sabe que há muitos interesses, principalmente políticos, tentando fazer um jogo sujo. Querem desviar o foco de problemas maiores, inventando acusações falsas”, diz o governador tucano num vídeo gravado em seu apartamento e publicado no Facebook.

EXPLORAÇÃO SEXUAL

Sem citar nomes, Richa disse que seu governo está sofrendo uma campanha orquestrada e tem sido alvo de “ataques de todos os tipos”.

“Mas agora passaram dos limites. Pegaram um criminoso, réu confesso, preso por abuso de menores, para me acusar sem nenhuma prova. Coisa de bandido”, disse ele.

O auditor também é acusado pelo Ministério Público de exploração sexual de menores e foi preso em janeiro em um motel com uma menina de 15 anos. Souza admitiu a prática do crime.

O governador disse que vai enfrentar “essa guerra suja com determinação”. “O Brasil vive a pior crise econômica, mas nós aqui seremos parte da solução. O governo não vai ficar de braços cruzados. Nossa resposta será trabalhar mais, para que a crise não engula o Paraná, que é terra de gente séria”, diz Richa.

À Folha o secretário-geral do PSDB no Paraná, Ademar Traiano, afirmou que as declarações do auditor não merecem credibilidade.

“Parece estratégia da defesa para tentar a redução de pena de um cidadão que roubou do Estado e que ataca a honra do governador. A arrecadação da campanha foi feita dentro dos preceitos legais

e aprovada pela Justiça.”

Traiano, que também preside a Assembleia Legislativa, disse que o governo de Richa, que enfrenta crise econômica e onda de protestos e greves de servidores, está sendo alvo de campanha liderada pelo PT. “Eles estão buscando a desconstrução de governos de oposição para tirar a atenção sobre escândalos do governo federal.”

DELAÇÃO

Segundo relato do auditor, o esquema no Paraná era comandado pelo então inspetor-geral de fiscalização da Receita, Márcio Albuquerque de Lima, também preso.

Na versão de Luiz Antônio de Souza, Márcio Lima agiria em nome de Luiz Abi Antoun, que se apresenta como primo de Richa e também já havia sido preso em outro caso.

O depoimento do auditor foi revelado pelo advogado Eduardo Duarte Ferreira, que assumiu sua defesa. Segundo ele, seu cliente contou aos promotores que, em fevereiro de 2014, foi a uma reunião com Lima na qual ficou estabelecido que o grupo deveria contribuir com R\$ 2 milhões para a campanha de Richa.

No encontro, Lima teria dito estar cumprindo determinação de Antoun. O advogado disse ainda que Souza confirmou que o grupo de auditores achava empresas devedoras do fisco estadual havia pelo menos dez anos.

O PSDB-PR divulgou nota negando as acusações.

17 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

O bisturi do doutor Moro

BRASILIA - O acordo de delação do dono da UTC, Ricardo Pessoa, pode ser o anzol que faltava para fischer os peixes grandes na Lava Jato. Apontado como chefe do "clube das empreiteiras", ele conheceu como poucos o propinoduto da Petrobras.

A colaboração também é esperada porque o empresário ajudou a financiar a campanha da presidente Dilma Rousseff à reeleição. Negociava direto com o ministro Edinho Silva, tesoureiro do comitê petista.

Pelo potencial explosivo do depoimento, é de se prever uma nova temporada de críticas ao juiz Sérgio Moro, ao Ministério Público e ao uso das colaborações premiadas. O ataque a esse instrumento está se tornando a principal defesa dos acusados de corrupção.

Na decisão que prendeu Pessoa e outros empreiteiros, Moro lembrou que "crimes não são cometidos no céu e, em muitos casos, as únicas pessoas que podem servir como testemunhas são igualmente criminosas". "Quem, em geral, vem criticando a colaboração premiada é aparentemente favorável à regra do silêncio, a omertà das organizações criminosas", escreveu.

Para entender melhor a cabeça que comanda a Lava Jato, vale ler o artigo "O uso de um criminoso como testemunha: um problema especial", do juiz americano Stephen S. Trott. O próprio Moro traduziu o texto para o português, em 2007.

Trott defende as delações, mas frisa que é necessário corroborá-las com provas. Ele alerta que os delatores são "notadamente manipuladores e mentirosos" e ensina a fugir de armadilhas e pistas falsas que podem levar à anulação de processos e à absolvição de corruptos.

O autor compara a delação premiada a um bisturi. Nas mãos de um médico talentoso, pode salvar a vida do paciente. Em mãos inexperientes ou sem cuidado, pode cortar uma artéria e matá-lo. O doutor Moro deve pensar na metáfora a cada vez que se depara com uma nova veia do petrolão.

17 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO Ex-chefe da Presidência é acusada de improbidade

Amiga de Lula já havia sido denunciada por corrupção, tráfico de influência e quadrilha

O Ministério Público Federal apresentou denúncia contra Rosemary Noronha, ex-chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, por improbidade administrativa. As informações são do site da revista "Veja" e do jornal "O Globo".

A *Folha* não conseguiu localizar os defensores de Rosemary. Amiga do ex-presidente Lula, Rosemary foi investigada na operação da PF que apurou esquema de venda de pareceres de órgãos públicos a empresas privadas.

No âmbito penal, Rosemary foi acusada de tráfico de influência, corrupção e formação de quadrilha. Agora, no plano civil, ela pode perder bens, ser multada e perder direitos políticos.

A denúncia foi protocolada na 22ª Vara Cível Federal de São Paulo no último dia 30 de abril. Segundo a "Veja", o juiz José Henrique Prescendo determinou a remessa dos autos à Justiça Federal de Brasília devido a indícios de que Rosemary agia sob ordens de Brasília e de que os alegados danos podem ter ocorrido em mais de um Estado.

18 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

RICARDO MELO

PSDB prova do próprio veneno

Auditor que acusa o tucano Beto Richa é chamado de bandido; já Youssef é gente honesta

“PEGARAM UM criminoso, réu confesso, preso por abuso de menores, para me acusar sem nenhuma prova. Coisa de bandido.”

Não, a afirmação não é de nenhum suspeito na operação da moda, a Lava Jato. O desabafo é do governador Beto Richa, tucano de carteirinha, num vídeo publicado no Facebook. Richa, como se sabe, ganhou notoriedade nacional — e internacional — como o carrasco de professores do Paraná.

Nada como um dia depois do outro. Eis que um auditor da Receita paranaense, Luiz Antônio de Souza, fez o que o doleiro Alberto Youssef pratica período sim, período não. Entrega uma delação premiada em troca de redução de penas. O conteúdo fica ao gosto de um certo público qualificado.

Para quem não sabe, Souza é acusado de participar de um esquema em que empresários pagavam propina em troca da redução ou até da anulação de calotes tributários. Puxando o novelo, surgiu a denúncia de que o grupo de auditores criminosos deveria molhar a mão da campanha de Beto Richa com R\$ 2 milhões surrupitados na propinagem.

O conteúdo da delação tem tanto valor quanto as infundáveis “revelações” de Youssef. Ou seja, é tudo verdade? É tudo mentira? Que parte é verdade e que parte é mentira? Silêncio ensurdecador no PSDB.

Assim como Souza, Youssef é um criminoso contumaz. O primeiro chega a abusar de menores; o segundo prefere negociar com adultos. “Incorrigível”, como declarou o Ministério Público depois que o doleiro voltou a delinquir após atuar como delator no caso Banestado.

Mesmo assim, Youssef recebeu uma nova chance. Virou testemunha-chave na Lava Jato. Mais. Ganhou direito a delações editadas.

Algumas de suas denúncias estampam manchetes; outras, que envolvem gente de fora do governo atual, têm que ser procuradas com lupa nas redes sociais.

A história fica mais grave ao sermos informados de que a Operação Zelotes, criada para investigar roubo de dinheiro grosso na Receita Federal, corre o risco de absolver 90% dos suspeitos. O caso envolve processos que somam mais de R\$ 19 bilhões em impostos sonegados, deixando a Lava Jato no chinelo.

Com a palavra Frederico Paiva, procurador responsável pelo processo: “Como as medidas investigatórias não estão sendo deferidas, as pessoas também não estão preocupadas. Está todo mundo em casa”.

O procurador refere-se a pedidos de busca e apreensão, escutas telefônicas etc. sistematicamente negados pela 10ª Vara Federal. Nada como fazer parte da sobrenomecracia. Já o juiz Sérgio Moro só falta anunciar prisões pelo Twitter.

No Brasil, a Justiça é cega apenas para alguns. Para outros, depende de colírios financeiros.

ESQUEÇAM O QUE ESCREVI

Com o vazio de lideranças dignas desse nome, a oposição escalou o veterano Fernando Henrique Cardoso para comandar a tropa de choque contra o governo. Rejuvenescido por amores tardios e celebrado pela banca em Nova York, faz o diabo para mostrar que está em forma.

Subiu no caixote e gostou do ambiente; aguarda-se um dueto com Marta Suplicy em rede nacional. FHC chama Lula para o embate, flerta com o impeachment de Dilma, opina sobre tudo. Menos, por exemplo, sobre o dinheiro torrado para comprar a própria reeleição.

18 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Jogo de perde-perde

Aliados de Renan Calheiros (PMDB-AL) tentarão dissuadi-lo da campanha para derrubar a indicação de Luiz Fachin para o STF no plenário. Esses senadores afirmam que o presidente do Senado só tem a perder, qualquer que seja o resultado da votação. Se Fachin for aprovado, guardará mágoa da atuação do peemedebista ao julgar na corte; se for derrotado, Renan não conseguirá emplacar um nome de sua preferência quando Dilma Rousseff tiver de apontar outro indicado.

Em casa Correligionários de Renan afirmam que ele não tem maioria nem na bancada para derrotar Fachin: apenas 3 dos 16 senadores do PMDB acompanhariam a orientação do presidente do Senado com certeza.

Sem pegadinha Líderes governistas vão pedir adiamento da indicação do advogado para quarta-feira caso o Senado se estenda na discussão de uma medida provisória que tranca a pauta e o quórum se torne incerto.

Na manga 1 Um fator que ajudou no convencimento de vários senadores que estavam em dúvida sobre apoiar Fachin foram os nomes que seriam favoritos caso Dilma tivesse de refazer a indicação.

Na manga 2 Cabos eleitorais do advogado gaúcho passaram a ventilar que, nesse caso, a presidente apontaria Nancy Andrichi ou Maria Thereza de Assis Moura, ambas ministras do STJ que não têm relação com senadores.

18 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ex-ministro Edison Lobão é investigado no Supremo

Senador é suspeito de ser sócio oculto de firma nas Ilhas Cayman

Advogado nega que o peemedebista tenha relação com a empresa; caso está nas mãos do ministro Barroso

O senador Edison Lobão (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia, é alvo de investigação do STF (Supremo Tribunal Federal) por suspeita de lavagem de dinheiro e ocultação de bens.

O processo teve início na Justiça Federal de São Paulo, mas foi encaminhado ao Supremo, uma vez que o senador tem foro privilegiado.

De acordo com o jornal "O Estado de S. Paulo", que revelou o caso, Lobão é suspeito de ser sócio oculto da holding Diamond Mountain, grupo sediado nas Ilhas Cayman, responsável por captar recursos de fundos de pensão, de empresas que recebem dinheiro de bancos públicos, como o BNDES, e de fornecedores da Petrobras.

A defesa de Lobão nega que ele tenha relação com a firma, mas admite que, em 2 de junho de 2011, o peemedebista recebeu no ministério um executivo da holding, Marcos Henrique da Costa.

O encontro, segundo o advogado de Lobão, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, tratou de investimentos do grupo no país.

Também estaria presente o advogado maranhense Márcio Coutinho, articulador político da campanha do filho do senador, Edison Lobão Filho (PMDB), a governador do Maranhão em 2014. Segundo o jornal, o senador seria representado na holding por Coutinho.

Costa é alvo das investigações da Justiça Federal, assim como Luiz Alberto Meiches, oficialmente responsáveis pela holding no país.

No Supremo, o processo está em fase de pré-inquérito. Caberá ao ministro Luís Roberto Barroso definir se abrirá inquérito para apurar o envolvimento de Lobão no caso.

O senador já é alvo de um outro inquérito do STF por suposto envolvimento com o esquema de corrupção investigado na Operação Lava Jato. A abertura, neste caso, foi autorizada em março pelo ministro Teori Zavascki.

OUTROLADO

Kakay nega que Lobão seja sócio da empresa e sustenta que Coutinho é amigo pessoal de Lobão.

Em nota, os sócios da Diamond Mountain dizem que o grupo não tem "nenhuma relação com o senador" e que seus advogados não foram citados. "Não há sociedade formal nem oculta entre a empresa e o político", afirmam.

A nota diz ainda que Lobão recebeu executivos da empresa para tratar de linhas de crédito a fornecedores da Petrobras e que os recursos do fundo de crédito criado vinham de investidores privados.

18 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Tratamento inconstitucional

RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA

A saúde é direito de todos e dever do Estado. É o que garante a Constituição Federal. Mas a pergunta que precisa ser feita é esta: o dispositivo constitucional vem sendo cumprido? Pesquisa do Datafolha indica que desde 2008 a saúde lidera a lista de insatisfações dos brasileiros superando a segurança (18%), corrupção (10%), educação (9%), desemprego (4%) e miséria (2%).

A pesquisa mostra que 62% dos brasileiros consideram os serviços de saúde ruins ou péssimos. O percentual sobe para 70% nas cidades com mais de 500 mil habitantes. Mesmo os 27% que têm seguro ou planos de saúde avaliam mal o sistema geral, com 70% de conceitos ruins ou péssimos.

O ponto melhor avaliado são os remédios gratuitos (usados por 53% dos entrevistados ou familiares) e os genéricos (comprados por 79% e considerados tão ou mais confiáveis do que os originais por 63%). Os medicamentos são considerados muito caros por 84% dos entrevistados. Impostos e taxas correspondem a um terço do preço dos remédios.

É crucial e inadiável uma profunda revisão do SUS (Sistema Único de Saúde), que, com a Previdência, forma os dois pilares básicos da seguridade social. Enquanto a Previ-

É crucial uma profunda revisão do SUS, pois o direito à saúde não é cumprido pelo Estado, que tem o dever constitucional de fazê-lo

dência tem gastos comparáveis aos do primeiro mundo, o SUS enfrenta fortes entraves orçamentários.

Os países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) desembolsam, em média, 6,5% do PIB para custear os serviços da saúde. O Brasil gastou 3,9% do Produto Interno Bruto (base de dados de 2011).

Segundo norma constitucional de 2000, a União deveria elevar o seu investimento em saúde, elevando 5% sobre as verbas de 1999 até 2004 e depois aumentá-las de acordo com o crescimento do PIB, o que não vem ocorrendo. Tais recursos deveriam ser completados por percentuais das receitas dos Estados (12%) e dos municípios (15%). Quadro atual: a participação do governo federal caiu de 60% para 45%.

Matéria publicada no jornal "O Estado de S. Paulo" em 7 de maio constata que a defasagem dos valores pagos pelo Ministério da Saúde a hospitais que atendem o SUS foi

de 434% nos últimos dois anos, em comparação com a inflação oficial acumulada no período.

Dados do Conselho Federal de Medicina indicam que mais de 1.500 procedimentos hospitalares previstos na tabela SUS, não tiveram os valores atualizados de acordo com os índices gerais de preços. O trabalho aponta que os custos de alguns produtos e serviços fundamentais para o funcionamento de hospitais tiveram entre 2008 e 2014, alta maior do que a inflação oficial.

A Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos indica que, na maioria dos casos, os incentivos não são suficientes para cobrir o deficit desse tipo de unidade de saúde. A tabela SUS cobre apenas 60% dos custos, e os incentivos ajudam, mas não fecham a conta. A verdade é que quanto mais se atende o SUS, maior o deficit.

Apesar da garantia prevista no artigo 196 da Constituição Federal, a verdade é que o direito à saúde não vem sendo cumprido pelo Estado que tem o dever constitucional de fazê-lo. O tratamento dado à saúde é, portanto, inconstitucional e precisa ser recuperado.

RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA, 76, presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas - APLJ, é provedor interino da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo

IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA

Osmano de Oliveira
- Advogado

16 MAI 2015

A LEI NÃO FOI FEITA PELO JUIZ

Prestigiosa instituição de advogados criminais solicitou a presença do Juiz Sérgio Moro, titular da Vara Federal por onde estão sendo instruídos todos os processos contra empreiteiros de obras públicas que se associaram para obter grandes contratos de obras mediante propinas, foi instado a participar de uma das Mesas de Debates. Seria, sem dúvida, pelo prestígio de que goza a grande estrela do conclave. Acontece, porém, que contra esse gesto de fidalguia estão levantando-se diversos advogados. Alegam que não pode criar palco de aplausos para um magistrado que fez do cerceamento de defesa um instrumento para impedir o livre exercício da nobre profissão. Alguns causídicos estão retirando os seus nomes da lista de adesão e outros estão pedindo que a instituição reconsidere o gesto e o desconvide. Isso não seria plausível ou, como escreveu Molière (Initiation au Barreau 1947/136), "o dever de respeito mesmo que temos para com os juizes é o respeito mesmo que devemos à obra da Justiça e a grande instituição de que os magistrados são os representantes".

Há que se afirmar, sem sombra de erros, que juiz algum escreve e sanciona as leis. Na hipótese e diante da corrupção que vinha graçando foram criados estatutos repressivos ou como escreve o ANTONIO CARLOS LIPINSKI, ilustrado Perito Criminal e digno Professor de Direito Processual Penal, a delação premiada corresponde a "um instituto novo do Direito Penal Brasileiro" a ponto de ser empara-

lhada com a Lei de Proteção às testemunhas e as quais deixariam de apontar culpados caso não gozassem das garantias legais previstas nos Códigos (Leis 9.708/99 e 8.072/90).

A Lei 9.034, de 03 de maio de 1995, não faculta à Polícia ou ao Juiz agir benevolentemente. Ao contrário: obriga-os a proceder em atos investigatórios. Não se trata de obstar a defesa dos indiciados, mas, de regrar tanto a investigação quanto a produção de provas. Leia-se, COM ATENÇÃO, o que preceituam os artigos 3º, §4º "Os argumentos de acusação e defesa que versarem sobre diligências serão apresentados em separado para serem anexados ao auto da diligência, que poderá servir como elemento na formação de convicção final do juiz" e §5º "Em caso de recurso, o auto da diligência será fechado, lacrado e endereçado em separado ao juízo competente para revisão, que dele tomará conhecimento sem intervenção das secretarias e gabinetes, devendo o relator dar vistas ao Ministério Público e ao defensor em recinto isolado, para o efeito de que a discussão e o julgamento sejam mantidos em absoluto segredo de justiça", o artigo 7º "Não será concedida liberdade provisória, com ou sem fiança, aos agentes que tenham tido intensa e efetiva participação na organização criminosa" e, por fim, o artigo 9º "O réu não poderá apelar em liberdade, nos crimes previstos nesta lei." dessa Lei.

"Dura Lex Sed Lex" - "A Lei é dura, mas é Lei"

